

POLITÉCNICA

politécnica



20º Aniversário do IPL

Sessão solene



“Organização e Ordenamento do Ensino Superior”

em debate no IPL



Seminário Internacional
Credit Accumulation and Transfer Systems

Comunidade Europeia em Leiria



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA



Seasons Greetings

Meilleures Fêtes

Felices Fiestas

2000/01

Boas Festas



4/16 Vinte anos de IPL

“Um mundo de coisas para fazer”

José Manuel Silva, ESE-Leiria

“Rigor, exigência e qualidade”

Nuno Mangas, ESTG-Leiria

“É urgente fomentar a investigação”

José Ventura da Cruz Pereira, ESTGAD-C. Rainha

“ESTM triplicou número de alunos”

Luís Fernando Almeida, ESTM-Peniche

“Leiria é cidade académica única”

Susana Nunes, repres. das Ass. Estudantes do IPL

“Educar para a cidadania”

Adriano Moreira, professor universitário

17/20 ESE-Leiria

“Escola e comunidade em diálogo permanente”

Ricardo Vieira, pres. do conselho pedagógico

“É necessária uma política de formação de quadros”

Américo de Oliveira, pres. do conselho científico

Notícias e Agenda

21/23 ESTG-Leiria

“É imperativo saber como ensinar”

Maria Augusta Machado Macedo,

pres. do conselho pedagógico

Notícias e Agenda

24/26 ESTGAD-Caldas da Rainha

“Perspectivas da escola para o ano lectivo de 2000/01”

José Ventura da Cruz Pereira, director

“Um ensino mais profissionalizante”

Carlos Lopes, pres. do conselho pedagógico

Notícias

27/28 ESTM-Peniche

“Crescimento e consolidação: objectivos primordiais”

Luís Fernando Almeida, director

Notícias

29/30 Serviços de Acção Social

31/34 Notícias e eventos IPL

35/37 Seminário “Organização e Ordenamento do Ensino Superior”

38/40 Breve caracterização económica dos concelhos de Leiria, Batalha, Porto de Mós e Pombal

41/45 Seminário Internacional “Credit Accumulation and Transfer Systems”

46 Associações de Estudantes

Nota de abertura



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

Aproximando-se o final do ano 2000 natural seria que dele fizesse o balanço e procurasse determinar se este é positivo ou negativo.

Senti-me, porém, tentado a deixar para o próximo número, o primeiro de 2001, esse exercício, certo como estou que o encontro de professores do Instituto que se vai realizar a 8 e 9 de Janeiro próximo no Luso para tanto dará um importante contributo.

Parece-me, por isso, mais importante, agora, reafirmar alguns dos objectivos que necessariamente devemos procurar alcançar no próximo ano de que destacarei:

a) a definição do estatuto dos presidentes e vice-presidentes, directores e subdirectores, das Escolas, remunerando-os de acordo com as funções de gestão que efectivamente exercem e equiparado-os, para todos os efeitos legais, a subdirector geral e director de serviços, respectivamente;

b) a revisão dos quadros de pessoal docente e não docente dos Institutos;

c) a fixação legal dos requisitos objectivos que as instituições de ensino superior, públicas ou privadas, devem satisfazer para que possam conferir todos os graus académicos, estabelecendo-se a observância desses objectivos como o único limite à legitimidade para os conferir;

d) a fixação dos critérios legalmente exigíveis para que as Escolas Superiores de Educação possam fazer formação de professores para o 3º ciclo;

e) a garantia de que a Lei do ordenamento e organização do ensino superior é efectivamente para ser cumprida por todas as instituições – todas, repete-se! – públicas e privadas, confessionais ou não confessionais, nomeadamente quanto ao princípio da separação dos dois subsistemas e à proibição de pólos e/ou extensões, e autonomização em unidade orgânica, ou extinção dos actualmente existentes;

f) a concretização legislativa prevista no artigo 27º da Lei do ordenamento e organização do ensino superior, nomeadamente no que se refere à revisão da Lei 54/90, tendo sempre presente que a lei consagra aos Institutos o direito de participar na elaboração da legislação relativa ao ensino superior, bem distinto do direito de ser ouvido na sua elaboração;

g) a preparação cuidada do processo de revisão dos Estatutos do IPL tendo em conta a sua adequação às necessidades da instituição e dotando-os dos mecanismos necessários para que possamos dar resposta aos desafios que se nos vão colocar;

h) a preparação cuidada e participada do Plano de Desenvolvimento do IPL para o período de 2001/2006, tarefa na qual toda a comunidade escolar deve participar activamente.

São desafios que se colocam a toda a comunidade escolar e a que seguramente saberemos dar resposta, ainda que para tanto haja que ter um maior empenhamento ao nível da estrutura representativa do ensino superior politécnico – o CCISP, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos – que é necessário dotar de meios que lhe permitam dar resposta adequada aos desafios que se nos colocam, transformando-o numa estrutura activa e capaz de dar resposta em tempo útil aos desafios que se nos colocam e de tomar, ele próprio, a iniciativa de estudar e propor à tutela as medidas adequadas e indispensáveis para o desenvolvimento do ensino politécnico – é uma tarefa que assumimos como prioritária para o ano de 2001.

Reafirmo hoje o que tenho dito por diversas vezes: o Instituto Politécnico de Leiria não tem problemas de identidade – está com gosto e convicção no subsistema politécnico, mas não aceita limitações que decorram exclusivamente da sua denominação!

Ao terminar o ano desejamos a todos os alunos e funcionários (docentes e não docentes) do Instituto e suas famílias um BOM NATAL e um FELIZ ANO 2001!

Aos nossos colegas (alunos e funcionários) da Escola Superior de Enfermagem de Leiria, que no próximo dia 1 de Janeiro será integrada no IPL, uma saudação muito especial de boas vindas. Um bom ano para todos nós!

O Instituto Politécnico de Leiria comemorou no passado dia 18 de Outubro o seu vigésimo aniversário. A sessão solene realizou-se na recém restaurada Igreja de São Francisco, em Leiria e contou com a presença de individualidades do meio académico, político, económico e cultural da região e do país. Na mesma ocasião, realizou-se publicamente a assinatura da escritura da Fundação Instituto Politécnico de Leiria, recém criada, bem como a abertura solene do ano lectivo 2000/01.

Vinte anos de IPL

Minhas Senhoras e meus senhores,

Assinalamos hoje, num mesmo acto público, a abertura solene do ano lectivo 2000/2001 e o início das comemorações do XX aniversário do Instituto Politécnico de Leiria.

Permitam-me, por isso, que dirija uma primeira e especial saudação aos cerca de 1.800 novos alunos que este ano ingressaram nas Escolas do Instituto. Este acto permite recordar-nos - sem que alguma vez o hajamos esquecido - a nossa primeira missão, o nosso primeiro objectivo: assegurar aos nossos alunos um ensino de qualidade e de valores, capaz de os preparar para a profissão e para a cidadania.

Este acto permite, também, que nos revejamos como uma comunidade que somos, uma comunidade constituída por alunos - a razão de ser do Instituto e das suas Escolas - funcionários docentes e não docentes, uma comunidade constituída por todos quantos estudam e trabalham na Instituição; permite testemunhar, que todos nós, sem que tenhamos perdido a relação de identidade que criámos e mantemos com as unidades orgânicas a que pertencemos, ganhamos um espírito de corpo que nos identifica como integrando o todo que é o Instituto Politécnico de Leiria - que o tornou vivo que igualmente nos identificamos e queremos ser identificados Para isso contribuiu, como todos reconhecemos, o



Luciano Rodrigues de Almeida, presidente do IPL

Primeiro Congresso do Instituto realizado em Março do corrente ano, para isso contribuiu a postura de diálogo e de participação democrática que se tornou cultura deste Instituto.

É por isso que assinalamos com confiança no futuro o vigésimo aniversário da publicação do diploma legal que criou o Instituto Politécnico de Leiria, que só iniciou a sua instalação seis anos depois. Sendo muito pouco tempo na vida de uma instituição, foi, porém, o tempo suficiente para implementarmos um projecto de qualidade capaz de responder às necessidades de formação da região e do país, capaz de antecipar novas necessidades de formação e de lhes dar resposta em tempo útil - temos, com efeito, uma instituição jovem, mas já madura, ágil e capaz de ler os sinais do tempo, a tempo

de lhes poder dar resposta!

O Instituto Politécnico de Leiria integra hoje quatro escolas superiores: a Escola Superior de Educação, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a Escola Superior de Tecnologia, Gestão Arte e Design e a Escola Superior de Tecnologia do Mar, integrando, ainda, a partir de Janeiro próximo, a Escola Superior de Enfermagem. Temos cerca de 7.500 alunos, distribuídos por 34 cursos de licenciatura, 3 cursos de complemento de formação, 3 cursos de pós-graduação e especialização e 3 cursos de mestrado, tendo no desenvolvimento do seu projecto educativo estabelecido protocolos com várias instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras.

Afirmou-se na cooperação com os países da CPLP, decorrendo várias acções de cooperação, quer no âmbito da formação inicial, quer no âmbito da formação complementar com países lusófonos, permitindo-me salientar a presença entre nós de 23 professores de Cabo Verde em formação complementar - que aproveito para saudar - num programa de formação com a duração de 4 semestres. Afirmou-se a vocação do Instituto enquanto agente activo e fundamental do desenvolvimento da região, respondendo às necessidades de formação de que o tecido económico e social carece, antecipando novas necessidades e dando-lhes resposta em tempo útil - pena é que às vezes o poder esteja tão longe da realidade e

se mostre insensível às novas necessidades de formação e pena é, ainda mais, que só de Santa Bárbara se consiga lembrar quando já se ouvem os trovões e confiado que rezando, a Santa faça o milagre da formação - será? - se mostre incapaz para tomar a iniciativa, ou melhor, para deixar que as instituições de ensino a tomem! Um bom exemplo do que acabo de dizer é o que se passa na área da saúde. Há mais de dois anos que o governo reconheceu a necessidade de intervir e que as instituições se propõem fazê-lo, em vão! Ainda não perdi a esperança que o poder político entenda que para a decisão ser útil tem que ser tomada em tempo útil e que mais vale uma má decisão do que decisão alguma e que, já agora, o executivo é o executivo e por isso pede-se-lhe que execute, que decida, e se não pode, não sabe ou não o quer fazer que deixe as instituições trabalhar!

Em Julho do ano passado apresentamos à comunidade escolar e à comunidade da região o Plano de Desenvolvimento do Instituto para 2000/2006, que entretanto estamos a rever à luz da nova lei do ordenamento e organização do ensino superior - Lei 26/2000, de 23 de Agosto - e no qual quer a comunidade académica quer a região se reviram!

Desse Plano consta a proposta de criação da Escola Superior de Tecnologias da Saúde, em Alcobaça e a Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais, em Pombal, propostas que em devido tempo foram apresentadas ao Ministério da Educação e que aguardam resposta! Propostas que foram sustentadas por estudos de viabilidade efectuados pela Universidade de Coimbra o primeiro e pela Universidade de Aveiro, o segundo, ambos tendo concluído pela importância regional e nacional dos projectos recomendando a sua aprovação.

Reafirmamos as propostas feitas e esperamos a sua aprovação em nome dos interesses da região e do país que nos arrogamos o direito de prosseguir!

Afirmámos e afirmamos a nossa estreita ligação ao tecido empresarial, aos agen-

tes sociais, culturais e artísticos da região, intervindo activamente e em cooperação com eles para o desenvolvimento da região em todos os domínios: seremos, por isso, parte activa em projectos tão importantes como o da criação de um Polo Tecnológico em Leiria, e o da realização do projecto Leiria - Região Digital.

Estreita ligação que passa também por criar interfaces IPL/empresas, inserindo-se neste campo a constituição da UNIVA/IPL, já em funcionamento, da Incubadora de Empresas/IPL, que entrará em funcionamento em Janeiro próximo, da consti-



Sessão Solene: entrega de lembranças ao presidente do IPL

do Estado para 2001, correspondem às expectativas do IPL e permitem dar integral satisfação aos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento do IPL. Tais investimentos são essenciais para a consolidação do IPL e das suas Escolas,

Seremos, por isso, parte activa em projectos tão importantes como o da criação de um Polo Tecnológico em Leiria, e o da realização do projecto Leiria - Região Digital

tuição da Fundação Instituto Politécnico de Leiria, cuja escritura hoje celebramos, e que pretendemos seja um instrumento privilegiado no apoio a investigação e à prestação de serviços à comunidade! Neste campo se insere, igualmente, o recém criado Centro de Documentação Europeia de Leiria, constituído ao abrigo de um convénio celebrado entre a Comissão Europeia e o IPL e que irá entrar em funcionamento em Dezembro próximo e estará aberto à comunidade académica e a todos quantos o desejem!

Se quisesse resumir em duas ou três palavras o papel que pretendemos para o IPL talvez o fizesse desta forma: assumir-se em todos os motores do desenvolvimento da região e do país através de uma formação de qualidade e de valores!

Para isso é necessário que nos sejam asseguradas as condições mínimas indispensáveis.

Os investimentos do plano previstos para o IPL na Proposta de Orçamento Geral

indispensáveis ao projecto de ensino de qualidade que perseguimos e fundamentais para que o IPL possa assegurar as ofertas de formação indispensáveis ao desenvolvimento da região e do país. Foram inscritos na proposta de orçamento os seguintes projectos de construção: sede do IPL (que se espera pôr a concurso e concluir em 2001) instalações da Escola Superior de Animação e Artes do Espectáculo das Caldas da Rainha (a concluir em 2001) novo edifício pedagógico para a ESTG (a iniciar em 2001), construção de uma biblioteca na ESTG (a iniciar em 2001), recuperação do Convento Santo Estevão (a iniciar em 2001), construção de uma cantina e bar na ESE e adaptação para sala de aulas do espaço que estes agora ocupam (a realizar em 2001), instalações definitivas da ESTM (a iniciar em 2001) construção do Bloco C das residências de Leiria (a concluir em 2001) e construção do bloco D das mesmas residências (a iniciar em 2001).



Recorrendo a fundos provenientes do orçamento privativo, a construção de dois novos espaços na ESE, um destinado a fins pedagógicos e outro a gabinetes para docentes.

Não quero deixar passar esta oportunidade sem manifestar publicamente o esforço que o governo e em particular a DGSup e a Secretaria de Estado do Ensino Superior desenvolveram para tornar possível o desenvolvimento destes nossos projectos - peço-lhe, Senhor Director Geral, que transmita a Sua Excia. o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior o público reconhecimento e agradecimento do Instituto Politécnico de Leiria. E permita-se, senhor Director Geral, que aproveite a sua presença neste acto para lhe solicitar o seu pessoal empenho para encontrarmos soluções que permitam que a realização destes projectos se possa concretizar em tempo útil!

O IPL espera igual empenho do governo na concretização dos projectos já candidatos ao Prodep, quer no domínio das infra-estruturas desportivas, quer para complemento da rede de residenciais, cantinas e espaços sociais do Instituto.

Permitam, ainda, que refira, que a qualidade que perseguimos, passa também pela resolução de alguns problemas que há muito nos afligem: a revisão dos quadros de pessoal docente, a aprovação dos quadros de pessoal não docente, a revisão do estatuto dos presidentes e vice-presidentes dos conselhos directivos, directores e subdirectores das Escolas, são disso exemplo.

Quanto à revisão dos quadros de pessoal docente: de acordo com os critérios fixados pelo Ministério o IPL deveria ter hoje um quadro de 320 professores adjuntos e coordenadores - tem hoje 105 e um promessa não cumprida de revisão que já data de 1995! Serão necessárias palavras?

Situação que prejudica duplamente o Instituto, na medida em que não só lhe não permite dar satisfação às necessidades da Instituição e aos justos anseios do seu jovem corpo docente, como nos penaliza

no orçamento de funcionamento, na medida em que uma das variáveis da fórmula é a média dos salários do pessoal docente, tendo sido responsável, este ano por uma diminuição real do financiamento por aluno que desceu de 547 contos para 534. Esta situação não pode, por isso manter-se!

Para o adequado funcionamento das instituições é necessária a aprovação dos quadros de pessoal não docente, que já tarda, também, desde 1995!

O estatuto do titulares dos cargos de direcção das Escolas Superiores deve ser definido em função das funções directivas que desempenham e não em função da categoria profissional que têm como docentes; a manutenção da situação actual, que urge rever, levará seguramente ao deserto no preenchimento daqueles cargos e tem conduzido a situações de injustiça que urge reparar.

Por último, O IPL faz parte do subsistema politécnico e está nele com orgulho, com convicção e sem problemas de identificação! Não tem, porém, em relação ao futuro uma posição estática, saberá responder aos desafios e encontrar forma de lhes dar resposta!

Já afirmámos em outros momentos que a aprovação da Lei 26/2000, que aprovou o regime jurídico da organização e ordenamento do ensino superior, é um marco importante quer para o ensino superior público, quer para o particular e cooperativo.

É porém fundamental que, tal como o faz, julgo que sem equívocos, agora a Lei, os instrumentos legislativos que a irão concretizar - revisão da Lei 54/90 e demais legislação prevista no artigo 27º - consagrem inequivocamente dois subsistemas com identidade própria e com diferenças mas com igual dignidade. É fundamental que seja claro que o ensino politécnico é ministrado em institutos politécnicos ou escolas politécnicas não integradas, e que as actuais situações de permeabilidade são excepções que não se repetirão, ou então, é necessário que se tenha a coragem de afirmar que, se pode haver permeabilidade num sentido, a poderá haver também no outro e nada poderá impedir um Instituto Politécnico de criar uma Faculdade, suposto seja que lhe garanta o mesmo grau de autonomia que se garante às Escolas politécnicas integradas nas Universidades - e se assim for, digo-o, desde já, o Instituto Politécnico de Leiria também tem uma palavra a dizer!

E é a este propósito que reafirmo o que digo no editorial da nossa revista de Setembro: o futuro do IPL somos nós que o construímos e por isso ele será aquilo que nós verdadeiramente quisermos que ele seja. Nós seremos os únicos responsáveis por isso - se somos capazes de ousar, então ousemos!

Um bom ano lectivo para todos! Um feliz aniversário para o IPL! Muito obrigado!

Luciano de Almeida,
presidente do IPL



Assinatura da Escritura da Fundação Instituto Politécnico de Leiria, testemunhada pelos Senhores Governador Civil de Leiria e Director Geral do Ensino Superior

Um mundo de coisas para fazer

Exm^o. Senhor Director Geral do Ensino Superior
Exm^o. Senhor Presidente do Instituto Politécnico
Exmas. Autoridades civis e militares
Excelência Reverendíssima Senhor Bispo de Leiria e Fátima
Caros colegas, alunos e funcionários
Minhas Senhoras e meus Senhores

A comemoração do 20^o aniversário do IPL tem um significado especial para a Escola Superior de Educação. Para a história, fica o registo de termos sido a primeira escola do Instituto a ser criada e a iniciar actividades, razão pela qual também nos tornámos na primeira escola de ensino superior do Distrito de Leiria.

Durante alguns anos fomos o rosto do IPL. Hoje, é com satisfação e indistarcável orgulho que nos congratulamos por comemorarmos, em conjunto com a presidência, as outras escolas e serviços do IPL, esta efeméride que, entre outras coisas, traduz a importância, a pujança e as potencialidades deste projecto, assumido como um desígnio colectivo de inegável interesse académico e grande influência no desenvolvimento regional.

Estamos todos de parabéns - comunidade académica e comunidade local e regional. Permitam-me, por isso, que em meu nome próprio e como Presidente do Conselho Directivo da ESEL, felicite todos os que directa e indirectamente, ao longo dos anos, contribuíram para tornar possível esta realidade, em especial, aos que iniciaram o projecto, alguns dos quais já falecidos e cuja memória também aqui evoco, e ao actual presidente Prof. Luciano de Almeida, sob cuja direcção o Instituto se vem afirmando como uma instituição participada, uma obra de todos, um projecto de excelência. A comemoração de um aniversário é sempre um tempo de balanço. Entre o deve e haver do realizado e do planeado ficam as preocupações da gestão quotidiana, sempre exigente em recursos e meios, e às vezes má conselheira, quando se perde de vista o objectivo estratégico a alcançar, e nos



*José Manuel Silva,
presidente do CD da ESE-Leiria*

deixamos envolver, em demasia, pelas pressões do momento.

É, por isso mesmo, indispensável aproveitar este momento de festa para dar uma espreitadela ao futuro, partindo, naturalmente, da experiência colhida ao longo destes anos e das transformações vertiginosas que a sociedade portuguesa e o mundo globalizado em que vivemos têm vindo a sofrer.

A educação, em particular a formação de professores, que é a nossa actividade principal, encontra-se, mais uma vez, numa difícil encruzilhada. Todos os esforços não são demais para que possamos responder, com sucesso, aos desafios que a sociedade nos coloca - formar professores com novos perfis profissionais, capazes de responderem com êxito às necessidades de sistemas de ensino cada vez mais abertos, menos formais, mais personalizados, mais globalizados, mais mediáticos e interactivos, menos dependentes do professor e mais de equipas pedagógicas multifuncionais.

Para responder com qualidade a estes desafios importa dispor de recursos materiais - físicos e financeiros -, de docentes altamente qualificados, de currículos desenhados para responderem aos objectivos enunciados.

Há aqui um mundo de coisas para fazer. Desde logo, uma profundíssima reflexão sobre o futuro da formação de professores e formas de articular as actividades das ESEs com as das Universidades. O sistema actual funciona por inércia e configura uma

ilegítima discriminação entre as condições de que dispõem as ESEs e as que são asseguradas às faculdades e departamentos universitários que formam professores, com claro prejuízo para as primeiras. Como resulta evidente de qualquer análise séria, a formação de professores e as atribuições conferidas às ESEs e às outras instituições não se coadunam com a realidade social. A menos que se queira continuar a fingir que se ignoram os problemas existentes, há que ter a coragem de empreender as reformas necessárias à clarificação e moralização do sistema actual. Mas as ESEs não formam só professores, formam também outros profissionais. A diversificação de cursos, correspondendo à captação de novos públicos, constitui uma mais valia, mas não pode estar dependente dos humores de quem está de serviço no Ministério da Educação no momento da aprovação dos cursos.

Na reflexão que se tem por indispensável e que se espera seja feita a curto prazo e produza conclusões que sejam postas em prática, deve ser equacionado, com solidez, o papel destes cursos na(s) estratégia(s) de desenvolvimento das ESEs.

A prestação de serviços à comunidade e a investigação são duas áreas onde as ESEs têm ainda um longo caminho a percorrer. Quanto à primeira, é urgente que o Ministério da Educação, na sua dupla qualidade de financiador e de empregador, reveja a forma como viabiliza ou inviabiliza as condições indispensáveis para as ESEs poderem prestar, de forma efectiva, serviços ao próprio Ministério e às outras escolas. Relativamente à investigação, é indispensável que se assegurem as condições mínimas que permitam realizar um trabalho investigativo profundo e continuado.

Ao comemorarmos este aniversário, congratulamo-nos com o trabalho realizado, mas temos plena consciência de que os desafios a vencer são ainda mais exigentes do que os que já ultrapassámos. Este facto não nos intimida, antes nos estimula para prosseguir com vigor redobrado.

Podem, pois, contar connosco para o futuro. Pela nossa parte, também contamos com todos vós.

José Manuel Silva
presidente do CD da ESE-Leiria

Rigor, exigência e qualidade

Senhor Governador Civil do Distrito de Leiria
Senhor Director Geral do Ensino Superior
Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Leiria
Senhor Professor Adriano Moreira
Autoridades Cívicas, Militares e Académicas
Sua Excelência Reverendíssimo Bispo Leiria-Fátima
Sr^ª. Representante das Associações de Estudantes
Senhores Convidados
Caros Alunos, Funcionários e Professores
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me que comece por me dirigir aos alunos.

Os alunos são a razão de ser de estarmos aqui hoje e a razão da nossa existência enquanto Escola. Desejo por isso começar por os cumprimentar e por dar as boas vindas aos cerca de 800 novos alunos que ingressaram na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria no presente ano lectivo, que agora se inicia de uma forma simbólica e em conjunto para todas as Escolas integradas no Instituto Politécnico de Leiria. O ano lectivo de 2000/01, que corresponde ao 12º ano de funcionamento da Escola, ficará marcado pelo arranque de 4 novos cursos e pela passagem do único curso de bacharelato à estrutura bietápica. A diversificação da oferta formativa a novas áreas teve, no essencial, dois tipos de preocupações: dar resposta às necessidades de formação, quer na Região, quer no País; otimizar e rentabilizar os meios técnicos e humanos existentes.

Hoje, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria são leccionados 16 cursos, 12 em regime diurno e 4 em regime nocturno, os quais são frequentados por cerca de 4100 alunos. Para uma Escola que iniciou a sua actividade em 89/90, com 100 alunos e 3 cursos de bacharelato, não pode deixar de se considerar que houve percurso notável.



Nuno Mangas, presidente do CD da ESTG-Leiria

No entanto, este percurso não foi simples nem fácil. Exigiu e exige muito empenho, dedicação e trabalho de professores, funcionários e alunos.

Se, por um lado nos orgulhamos do percurso, por outro também queremos fazer sempre mais e melhor. É para isso que toda a comunidade académica trabalha.

Rigor, exigência e qualidade são 3 palavras de ordem na formação ministrada na ESTG-Leiria. São este rigor e exigência que fazem dos diplomados desta Escola, profissionais competentes e bem integrados no tecido empresarial. É este rigor e exigência que os novos alunos vão encontrar, e que estou certo saberão apreender.

A 1ª fase de ingresso no Ensino Superior no ano 2000/01, veio demonstrar que estamos no bom caminho.

Assim:

91% dos alunos que ingressaram na nossa Escola têm uma nota igual ou superior a 10 valores e 94% superior a 9,5 valores. Sendo certo que o nosso objectivo é termos 100% de alunos com nota positiva, não pode deixar de se considerar que a evolução dos últimos foi extremamente positiva;

66% dos alunos entraram na primeira opção e 16% na seguinte;

a procura dos novos cursos foi em geral boa;

o nº de candidatos foi em média 4 vezes superior ao número de vagas.

Não posso, no entanto, deixar de exprimir muita preocupação relativamente à baixa procura de alguns cursos de engenharia, situação que não é particular da nossa Escola. Considero ser um problema nacional. Continua a verificar-se um enorme desfasamento entre as necessidades das empresas e a procura de formação superior por parte de todos aqueles que ingressam no Ensino Superior.

Para além da oferta de formação inicial que referi, a Escola irá promover no presente ano lectivo um novo Mestrado em Contabilidade e Finanças, resultado de uma parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e com a Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, duas pós-graduações e diversas acções de formação contínua. Procura desta forma ir ao encontro de todos aqueles que já se encontram na vida activa e que precisam de actualizar os seus conhecimentos.

A autorização de construção de um novo edi-

A autorização de construção de um novo edifício Escolar e de uma Biblioteca são sem dúvida alguma duas peças fundamentais para o desenvolvimento da ESTG-Leiria.



Sessão Solene

fício Escolar e de uma Biblioteca são sem dúvida alguma duas peças fundamentais para o desenvolvimento da ESTG-Leiria. Pena é que não tivesse sido possível obter esta autorização mais cedo.

Aos alunos e professores peço compreensão e colaboração neste período de dois a três anos em que irão encontrar alguns espaços sem as melhores condições para as actividades lectivas. Estou certo que, findo este período, teremos as melhores condições de trabalho para toda a comunidade académica.

Permitam-me agora vos refira 3 preocupações:

A 1ª relaciona-se com o corpo docente. Se por um lado, a Escola tem incentivado o corpo docente para que incremente a sua formação científica e pedagógica, por outro é fundamental que este mesmo corpo docente tenha expectativas de progressão na carreira. Ora, é aqui que começam os

problemas. O alargamento do quadro de pessoal docente foi solicitado há quase 2 anos. O quadro actual foi aprovado numa altura em que a Escola tinha cerca de 1/3 dos alunos. Hoje a realidade é distinta e urge redimensionar o quadro.

A 2ª relaciona-se com a alteração da Lei do Estatuto e Autonomia do Ensino Superior Politécnico. A Lei da Organização e Ordenamento do Ensino Superior, publicado em 23 de Agosto último, refere no seu artigo 27º que o Governo apresentará no prazo de 120 dias uma proposta de lei para a sua alteração. Se por um lado, é fundamental para o Ensino Superior Politécnico a sua alteração, também é preciso não esquecer que as actuais autonomias das Escolas muito contribuíram para o seu desenvolvimento, pelo que considero que as Escolas poderão dar um contributo importante para a nova Lei. Por fim, uma 3ª preocupação. Permitam-me que reitere um pedido à Câmara

Municipal de Leiria. É urgente que se melhorem as condições de circulação no acesso à ESTG-Leiria, quer para veículos, quer principalmente para peões. Os nossos alunos e a comunidade académica em geral, merecem melhores acessos. Estou certo que a Câmara Municipal de Leiria tudo fará para que na Abertura do Próximo Ano Lectivo esta situação esteja resolvida.

A terminar esta intervenção, não posso deixar de fazer mais duas referências:

A 1ª para felicitar o Instituto Politécnico de Leiria e toda a comunidade que o integra pelos seus 20 anos, cujas comemorações hoje se iniciam.

A 2ª para referir a participação dos alunos nas actividades da Escola. A ESTG-Leiria teve nos últimos anos um crescimento muito rápido. É importante que todos sintam esta Escola, que participem nas actividades académicas, que integrem os órgãos associativos, os órgãos de Gestão, as tunas, os grupos de desporto, não como alternativa à actividade escolar, mas como complemento desta.

É tudo isto que faz uma Escola com identidade própria. Para isso muito têm contribuído as Associações de Estudantes, as tunas e todos aqueles que participam nos órgãos que referi, e para os quais desejo deixar aqui uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido.

A todos desejo o maior sucesso académico e acreditem que o sucesso dos nossos alunos será sempre o sucesso da Escola, do Instituto e desta Região.

Obrigado.

Nuno Mangas,
presidente do CD da ESTG-Leiria



Sessão Solene: convidados assistem à actuação de uma das Tunas do IPL



É urgente fomentar a investigação

Ex.mo Senhor Governador Civil de Leiria,
Senhor Director - Geral do Ensino Superior
Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Leiria,
Senhor Presidente do Conselho Nacional de Avaliação,
Senhor Vice - Presidente do Conselho Coordenador,
Senhores Presidentes do Conselho Directivo da ESEL
e ESTG, e Director da ESTM,
Autoridades Cívicas, Militares e Ex.a Reverendíssima
Senhor Bispo de Leiria-Fátima,
Senhores Convidados,
Caros Professores, Alunos e Funcionários,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, os meus parabéns pelo 20.º aniversário deste Instituto e pela iniciativa de o ter associado à Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo.

À ESEL, à ESTG, à ESTM, à ESTGAD, muitos parabéns e muitos anos de vida, como manda a tradição dizer nestes actos, especialmente quando são sentidos e nos dão felicidade.

Desejo, com muito gosto, cumprimentar e saudar, os alunos que ingressaram no ensino superior, e, igualmente, os alunos que regressam aos seus estudos, com os votos dos maiores sucessos pessoais e académicos. Mas tenho um pedido a fazer-lhes: estimem e apoiem as vossas e nossas Escolas, e todos os que nela e para ela trabalham.

Estimar uma escola é incentivar o desenvolvimento de novos valores, sem os quais não existe escola de sucesso científico, técnico e humano.

Gostaria, ainda, de dar o meu testemunho positivo pela expansão e consolidação do IPL.

Este testemunho também já é longo e creio que não é suspeito, uma vez que fui nomeado para a 1.ª Comissão Instaladora da 1.ª Escola deste Instituto, a ESEL, precisamente, em Novembro de 1980, vão completar-se 20 anos, no próximo dia 17. As memórias são muitas. O meu respeito e admiração por todos os que contribuíram para a implementação do IPL e suas escolas, nestas duas décadas, ricas e diversificadas.



*José Ventura da Cruz Pereira,
director da ESTGAD-Caldas da Rainha*

Na qualidade de Director da ESTGAD, permitam-me que recorde o seu 10.º aniversário de actividades lectivas, as quais se iniciaram, precisamente, no ano de 1990/91, saudando, igualmente, todos os que contribuíram para o seu desenvolvimento, ao longo destes 10 anos.

Estamos perante uma Escola cuja credibilidade tem vindo a aumentar, a sua procura, por parte de estudantes, é uma realidade, os seus cursos são sinónimo de sucesso, como provam os prémios dos seus alunos e professores e a receptividade para a cooperação, por parte das empresas e de um modo geral, dos parceiros económicos, artísticos e culturais.

Paralelamente, as preocupações são também muitas, mas creio, não ser oportuno falar das carências no ensino artístico em Portugal, por alguma razão, as artes e tecnologias fazem parte das grandes prioridades da política educacional portuguesa.

A evolução desta Escola encontra-se bem patente numa breve análise dos números: em 1990/91, ministrava os cursos de

bacharelato em Design e Artes Plásticas, com cerca de 70 alunos e 18 professores. Actualmente, frequentam a ESTGAD, cerca de 1200 alunos, distribuídos pelos cursos, que conferem o grau de bacharel e de licenciado, nas áreas do Design, das Artes Plásticas e das Tecnologias da Informação Empresarial, e detém um corpo docente de 85 professores; esta Escola já diplomou quase meio milhar de alunos.

Trata-se de uma Escola dinâmica, inovadora, atenta às exigências da sociedade e dos seus agentes, e às novas realidades, novos públicos e novas tecnologias. Olhando o futuro, a ESTGAD procura a permanente valorização dos seus recursos humanos, acompanhada pelo desenvolvimento de infra-estruturas de natureza técnica e de bem-estar físico e psicológico, onde os valores humanos não sejam esquecidos ou subalternizados.

Os currículos e a avaliação dos cursos da ESTGAD estão em fase de estudo, tendo-se, bem presente, que o novo milénio, que se aproxima, terá um ritmo de mudança que obrigará a reequacionar novas estruturas organizacionais, para a escola, e novos modelos de ensino e de aprendizagem.

Procurando antecipar a mudança, a ESTGAD tenta responder às novas questões que se colocam. Uma delas, que gostaria de referir, é a necessidade urgente de fomentar a investigação.

Para terminar, Senhor Presidente, gostaria de felicitar o IPL e as suas Escolas com a certeza de que este aniversário reforça uma confiança no futuro e a certeza de um presente de reconhecido mérito nacional.

Os meus votos de continuação dos êxitos da sua presidência.

Renovo as felicitações às Escolas irmãs, do IPL e a todos os que ao longo destes 20 anos deram o seu contributo para esta grande Instituição, que acreditamos, continuará em progresso e consolidação.

**José Ventura da Cruz Pereira,
director da ESTGAD-Caldas
da Rainha**

ESTM triplicou número de alunos

Exmo. Sr. Director Geral do Ensino Superior
Exmas. Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas
Exmo. Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Leiria
Colegas de Direcção das Un. Orgânicas do IPL
Colegas Docentes
Alunos,
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em primeiro lugar queremos felicitar todos os que estiveram envolvidos no desenvolvimento desta Instituição que, ao longo dos seus 20 anos, tem percorrido um processo evolutivo que, em nosso entender, a posiciona actualmente numa situação de grande influência no percurso de evolução e afirmação do Ensino Superior Politécnico.

A Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche orgulha-se de ser a Escola mais jovem do IPL e de estar integrada na actual equipa de trabalho, da qual tem contado com grande apoio para a solidificação do seu projecto, beneficiando da experiência das restantes unidades orgânicas.

Em segundo lugar, no âmbito da abertura solene do ano lectivo 2000-2001, queremos dirigir-nos aos alunos, dando-lhes as boas vindas. Os novos alunos são responsáveis por um crescimento para cerca do triplo dos alunos do ano anterior. Este aumento é para nós um desafio, para o qual nos sentimos preparados, tentando garantir a manutenção ou até melhoria das condições de trabalho e qualidade de ensino.

Quer aos novos alunos, quer aos que frequentam o seu 2º ano, queremos confirmar as perspectivas do projecto da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche, verificando que já existe evolução técnica e científica, que continuará em desenvolvimento e que terá como consequência uma formação e intervenção, cada vez mais adaptadas às necessidades.

A identificação da ESTM com o Mar, compromete-a com o desenvolvimento das actividades económicas que produzem riqueza a partir deste elemento, assim como as que se encontram a montante e a



*Luís Fernando Almeida,
director da ESTM-Peniche*

jusante, como as Indústrias Navais. Mas compromete-a também com a sua preservação ambiental, que muito tem sofrido com o desenvolvimento das actividades que dele dependem. A Pesca, alguns sectores da indústria alimentar, assim como algumas actividades turísticas estão dependentes do equilíbrio do elemento Mar, mas além destas áreas, a preservação do seu equilíbrio é também área de desenvolvimento de competências na ESTM.

Vamo-nos deparando com problemas, alguns dos quais não dependentes directamente de nós. Situações concretas como a criação tardia dos novos cursos ou o atraso no aumento do contingente de docentes, de modo a satisfazer as necessidades então criadas, causam-nos problemas de planeamento e funcionamento. Estamos certos porém, que podemos contar com a colaboração das entidades responsáveis para a resolução destas questões.

Encontramo-nos num processo de análise e promoção da qualidade do ensino ministrado, estando conscientes de que para isso, quer os docentes envolvidos, quer as condições físicas criadas têm uma influência fundamental. Novas instalações dimensionadas e adaptadas às

necessidades, serão determinantes para a promoção da qualidade do ensino ministrado, principalmente na sua componente prática, mas também de grande importância para a sua credibilidade e afirmação.

Acreditamos que a abordagem teórica das preocupações sócio-culturais dos alunos, contribui para o seu desenvolvimento integral e poderá facilitar a comunicação escola – aluno, identificando o aluno com o projecto formativo em que está integrado. Pensamos que a identificação referida, facilitará a transmissão de valores e hábitos de trabalho, que certamente terão a sua influência positiva na sua formação e no combate ao insucesso escolar.

Para além da transmissão de conhecimentos técnico-científicos, contamos com os docentes para colaborar no desenvolvimento integral dos nossos alunos, no desenvolvimento do projecto da ESTM e na elaboração de trabalhos e investigação sobre questões influentes no desenvolvimento das suas áreas de competência e do meio onde a escola está inserida.

A Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche e a sua influência nas actividades económicas das suas áreas de competência, assim como no meio em que se insere, depende em muito dos seus docentes e alunos, por isso queremos solicitar e agradecer o seu envolvimento. A intervenção da ESTM na comunidade, depende da competência com que aborda os problemas que lhe são postos, do nível e adequação da formação que ministra, assim como da postura dos técnicos que forma.

Finalizamos com o reforço do papel do aluno como parte integrante do processo de construção da escola e com a pretensão desta, em ser uma referência para a vida profissional dos seus alunos.

**Luís Fernando Almeida,
director da ESTM-Peniche**

Leiria - cidade académica única



Susana Nunes, representante das Associações de Estudantes do Instituto Politécnico de Leiria

Ex.mo Senhor Director Geral do Ensino Superior
 Ex.mo Senhor Governador Civil do Distrito de Leiria
 Ex.mo Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Leiria
 Ex.mo Senhor Professor Doutor Adriano Moreira
 Ex.mo Senhores Directores e Presidentes dos conselhos directivos das escolas superiores
 Ex.mo Senhor Bispo da Diocese Fátima / Leiria
 Caros docentes, funcionários e alunos
 Meus senhores e minhas senhoras

Leiria é hoje uma cidade académica muito particular e única.

A construção do ensino superior, nesta cidade, começou com o Instituto Politécnico de Leiria, que é a nossa casa, que nos acolhe todos os dias, que resolve os nossos problemas, que nos apoia, sendo a ponte para o nosso futuro.

Ao longo dos anos a sua extensão e a sua força evidenciou-se em todo o distrito de Leiria, e temos hoje quatro escolas superiores capazes de formar indivíduos para enfrentar no dia de amanhã, o mundo do trabalho.

O crescimento da região é também notório, quando falamos de desenvolvimento económico e social, uma vez que os alunos são a força destas cidades.

Convém salientar que ainda faltam muitas coisas. É importante continuar a trabalhar.

A luta continua sempre que se fala de Ensino Politécnico, para que os objectivos

propostos, que vão surgindo a cada etapa, sejam alcançados e promovam o sucesso da nossa instituição. A valorização do Ensino Politécnico está nas mãos dos docentes, dos alunos, dos funcionários e dos dirigentes.

Está no nosso pensamento, no nosso comportamento e na maneira como defendemos os nossos princípios. Acima de tudo é importante a forma como participamos e lutamos pelos nossos interesses, por forma a pôr fim a questões de natureza puramente político - acrobáticas e de especulações lançadas pelos lobbies Universitários quer públicos ou privados.

Mas não só de lutas é feito o Ensino Superior. Assim, é com muito agrado que na qualidade de representante dos alunos do Instituto Politécnico de Leiria dou os parabéns a esta instituição que comemora hoje o seu 20º aniversário. Quero desta forma agradecer a todos aqueles que contribuíram para a construção do IPL de hoje e do futuro, nomeadamente dirigentes, funcionários, docentes e alunos. A minha última palavra vai, como não podia deixar de ser, para aqueles que são e continuam a ser a essência deste Instituto: os alunos.

Que o início deste ano lectivo seja profícuo, repleto de boas recordações que nunca mais irão esquecer, articulando a vida académica com a vida de estudante.

Desejo a todos aqueles que asseguram o bom nome desta Instituição, Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, Senhores Presidentes e Directores das escolas que o constituem, tal como todas as unidades orgânicas, as maiores felicidades, e àqueles que preparam o seu futuro, todos os alunos em geral, muito sucesso profissional e um bem haja. Viva o Instituto Politécnico de Leiria!! Viva a Academia!!

Susana Nunes, representante das Associação de Estudantes do Instituto Politécnico de Leiria



Sessão Solene: actuação de Tuna

Educar para a cidadania

A Unesco publicou em 1997 um Relatório Mundial sobre a educação, que informa sobre o desenvolvimento da Declaração de 1990, intitulada *Education for All*, subscrita pelos 140 Estados que estiveram presentes na Conferência que nessa data reuniu em Jomtien.

Independentemente das indicações estatísticas relativas aos avanços da escolaridade e da sua duração obrigatória, tem especial interesse, para o tema da nossa reunião, tentar alinhar os principais tópicos da mudança entretanto verificada no domínio dos saberes e dos conceitos operacionais.

O primeiro, muito evidenciado pelo Relatório Delors que orienta as indagações em curso no espaço da União Europeia, tem que ver com a caracterização da nossa época como sendo a de uma sociedade da informação e do saber.

Trata-se de reconhecer que a revolução tecnológica, que nos subordina ao fax, à Internet, e ao inglês como língua geral, desencadeou uma corrente informativa que desafia a capacidade de racionalizar e utilizar, e que está a produzir um défice de competências – *skills gap* – em vários domínios das relações sociais, do trabalho à monitorização de uma nova conflitualidade.

Por outro lado, pela primeira vez na história da Humanidade, todas as áreas culturais do mundo falam com voz própria e não por intermédio de poderes políticos alienígenas, de modo que o multiculturalismo adquiriu novo perfil e exige respostas novas.

Toda esta evolução foi acompanhada por uma alteração rápida das estruturas políticas internacionais, de modo que se o Estado continua a ser a referência nuclear da relação entre o local, o regional, e o global, sofreu mudanças radicais no que respeita aos seus elementos de identificação.

A primeira delas é certamente a definição



Sessão Solene: Adriano Moreira profere Oração de Sapiência

de fronteira que até meados do século disse sobretudo respeito à fronteira geográfica, em regra sacralizada por uma história de sacrifícios e sangue, e que era garantia da inviolabilidade da jurisdição interna, onde a soberania pretendia agir sem interferências vindas do exterior.

Este conceito foi persistente para além da mudança real das estruturas, e assim a Organização da Unidade Africana assentou no princípio essencial de que a geografia política herdada era imodificável, assim como a Ordem dos Blocos Militares, instaurada pelo confronto da NATO com o Pacto de Varsóvia, referiu a obrigação de referir face à violação da integridade de qualquer dos seus Estados membros.

De facto, foi a um desmembramento da realidade fronteiriça que se assistiu: a fronteira de cada um dos blocos transformou-se numa autónoma fronteira colectiva de segurança, excedendo assim os valores patrióticos tradicionais, situando-se longe do conhecimento e vivência dos contingentes de cada um dos Estados envolvidos.

Por outro lado, os grandes espaços intermédios da globalização exigida pela

mundialização das dependências e interdependências, criam novas fronteiras económicas que não coincidem nem com as de segurança, nem com as geográficas de cada Estado, todas cortando horizontalmente as fronteiras culturais que a nova conjuntura fez surgir.

A relação de cada pessoa com todas estas novas complexas entidades, multiplicadoras elas de autoridades formais e informais, sofreu pelo menos duas consequências essenciais: obrigar a rever o conceito de desenvolvimento; repensar o conceito de cidadania que o Estado racional-normativo tornou fundamental no Ocidente liberal e democrático.

Quanto ao primeiro ponto, a Carta da ONU tinha pressuposto um desenvolvimento integral, ao mesmo tempo político, social e económico, mas parece indiscutível que uma espécie de teologia de mercado levou a isolar, e a tornar proeminente, o tema do desenvolvimento económico.

A tal objectivo foi subordinada a educação, vista como promotora do crescimento económico e do consequente desenvolvimento, as *rising expectations* da década de sessenta, que também foi a da descolonização.

Os recursos humanos ou capital humano forma referências de doutrinadores como Becker e Denison, até que a visão global do passivo resultante do exercício da teologia do mercado, muito especialmente avaliado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, fez substituir tais conceitos operacionais pelo conceito de desenvolvimento humano. De facto trata-se de uma verdadeira inversão da perspectiva, porque em vez de a educação ser considerada como instrumento do crescimento e do desenvolvimento económico (para que cresçam as rendas e abastanças, foi o lema da Universidade Técnica de Lisboa), agora é a educação que orienta o de-

■ ■ ■
senvolvimento, que se transforma no objectivo desse desenvolvimento. Trata-se, em suma, de uma aplicação do pensamento de John Rawls, falando-se de educação para a justiça. O que implica talvez reconhecer a insuficiência do conceito europeu de sociedade de informação e do saber, porque é necessário acrescentar a sabedoria, isto é, o regresso à discussão das boas razões que a perspectiva tecnológica foi progressivamente afastando dos currícula.

O Encontro das alterações da estrutura política internacional que ficou brevemente referida, com a nova inquietação humanista, levou um grupo de trabalho presidido pela Comissária E. Cresson, num estudo de 1998, chamado *Accomplir l'Europe pae Education*, a indicar como primeira prioridade, do quadro identificador de objectivos inadiáveis, a questão da cidadania, sendo os outros a coesão social, o emprego e a nova economia, a sociedade de informação.

Foi um ponto fundamental da evolução ocidental ter chegado ao conceito dos *civil rights* ou das *civil liberties*, referência basilar das revoluções orientadas pela filosofia dos Direitos do Homem, recolhida na Declaração americana de Filadélfia, proclamada pela Revolução Francesa, consagrada pela Declaração Universal da ONU de 1948.

Manteve-se porém, dentro dos Estados, uma longa discriminação baseada na etnia, na cultura, na religião, de tal modo que o valor da cidadania não impediu genocídios como os do continente americano e da Austrália, nem a as exclusões persistentes como as dos negros ou dos judeus. Os movimentos de protesto das minorias, de reivindicação dos *civil rights* efectivos, da luta contra a discriminação, nomes como os de Gandhi, de Luther King, de Mandela, gravaram a época na história do presente.

A distância entre os preceitos constitucionais e a realidade, e a divergência de ambos com a universalidade dos direitos humanos, foi desafiada pela mundialização das dependências e interdependências dos povos e áreas culturais, exigindo tam-

bém aqui uma perspectiva globalizante. Progressivamente, o antigo *state centre paradigm* foi substituído pelo *world politics paradigm*, na linguagem de Nye e O'Keohane, sintetizando doutrina apoiada pelos escritores como Philip Jessup, Wolfers, Wilfre Jenks.

Propostas que andam pelas fronteiras da utopia, apelam com Clarence K. Streit para a União Federal do Atlântico Norte, ou para uma Constituição Mundial em que meditaram professores da Universidade de Chicago em 1945, ou respondem ao apelo do Movimento Mundial para o Governo Federal Mundial que se organizou no Luxemburgo em 1946. Meditemos um pouco sobre os grandes espaços, que tentam superar a debilidade crescente do Estado soberano.

Como escrevi algures, educar para a unidade mundial, reduzindo a distância entre países ricos e geografia da fome, eliminando as ameaças inerentes, exige a capacidade de educar para o pluralismo do grande espaço, no nosso caso Europeu, o ensinar para a salvaguarda das identidades mesmo que se agrave a crise do Estado soberano desafiado pelo globalismo. Porque a crise deste não é o mesmo que a crise do Estado nacional, não são as nações que estão em crise, o Estado é uma forma contingente de servir as comunidades, e terá de dapatar-se aos constrangimentos do processo globalizante em curso, para defesa apropriada das identidades nacionais, incluindo, na nossa geografia ocidental, as outras Europas às quais a história negou voz, salvaguardando a igual dignidade de todas contra as ameaças tradicionais de uma hierarquia de poderes políticos.

O conceito de cidadania europeia, antes de ter uma expressão normativa moldada em função do institucionalismo da União, é uma versão intermédia da cidadania mundial, uma regionalização apropriada da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma chamada à participação activa na sociedade civil internacionalizada, algumas vezes surpreendida por uma política furtiva de executivos.

A maior parte dos Estados, ainda os que

não são nações, tiveram a ambição da homogeneidade cultural, e algumas vezes a supuseram pelo método de alienar minorias. Mas a livre circulação pelo mundo, no exercício do direito básico de estar, de andar, e de ir de um lugar para o outro, multiplicou as minorias étnico-culturais, ao mesmo tempo que o avanço na concepção das várias cidadanias vai derogando antigos conceitos excludentes, defensores do *jus sanguinis*, por vezes nacionalistas, algumas vezes xenófobos e violentos. As categorias estão em mudança, e recentemente Tomas Hammar falou no *Denizen type* como realidade situada entre o cidadão e o estrangeiro, um compromisso que vai respondendo às chamadas colónias interiores que as imigrações estão criando, sobretudo por causa do mercado de trabalho.

Os postulados de uma cultura homogénea da população estão postos em causa, países que foram nações são hoje multiculturais, e a educação deste fim de século não o pode ignorar.

As responsabilidades do aparelho educativo são hoje desafiadas não por uma ordem mundial estabilizada, por unidades políticas consolidadas, por um sistema observante racionalizado, ou por um sistema observado de estrutura sabida, antes acontece que da Nova Ordem apenas sabe que acabou a antiga, do Estado soberano tem notícia que está em crise, do globalismo vai recebendo manifestações desintegradas e interdependências mundiais sabe que foram desencadeadas mas não as sistematiza. De tudo resulta que se, pela lição de muitos como Theillard de Chardin, Robert Muller, Simon Weil, Mortimer Adler, o mundialismo é uma perspectiva que domina toda a problemática, o desagregar das estruturas aponta mais uma vez para o homem Kantiano como valor supremo, que procura encontrar uma racionalização dos grandes espaços e uma resposta globalista que restaure o amparo político. O diálogo da utilidade, em curso, é a expressão da perplexidade causada pela mudança acelerada das estruturas, e pela mudança demorada dos conceitos, dando lugar a

pragmatismos de interesses desamparados de escalas de valores respeitadas. A temática dos Direitos Humanos teve, como vimos, um lugar principal na definição de valores e objectivos da Carta da ONU, e um desenvolvimento considerável em textos internacionais, que nem sempre obtiveram uma adesão indispensável e autêntica. Mas tal como aconteceu com outros valores e objectivos proclamados pelos que estiveram “presentes na criação” em S. Francisco, o empenho no sentido de fazer corresponder os factos aos princípios teve flutuações de conveniência e foi objecto de muitos esquecimentos bem lembrados.

Talvez possa situar-se por 1990, depois do fim da guerra fria, o regresso à perspectiva da importância cimeira da questão dos Direitos Humanos, e o aparecimento do que foi chamado, nem sempre com intenção laudatória, a “diplomacia dos direitos humanos”. No vasto leque europeu libertado, foi o modelo de referência para o regresso dos vários satélites ao estatuto de Estado igual aos outros, a que também se prometia a antiga potência ocupante. Mas talvez o capítulo importante da nova estratégia ocidental tenha sido o que respeitava aos países chamados do terceiro mundo, pobres, ou em vias de desenvolvimento, nos quais se inclui inevitavelmente a China.

Esta era a mais apta para reagir em termos de igualdade na área do poder, quando se viu ostensivamente objecto da mesma campanha, que antes sobretudo se dirigia ao leste europeu, destinada a fazer aceitar a democracia política, os direitos individuais, o comércio livre, a ajuda e cooperação inerentes.

A diplomacia dos direitos humanos serviu algumas vezes para cobrir objectivos menos altruístas, como sempre acontece, mas o que parece mais significativo, em todo esse acidentado processo que se desenvolve pelos diversos continentes e área culturais, é que os países em vias de desenvolvimento foram alinhando na adopção de uma atitude comum de resposta. Esta resposta traduz-se, com simplicidade aparente, em querer inscrever com

prioridade, na enumeração dos Direitos Humanos, o seu próprio direito ao desenvolvimento, cobrindo os autoritarismos de governo com a invocação dos valores regionais, designadamente o asiaticismo.

Foi assim que, nas conferências regionais que organizaram antes da reunião da Conferência Mundial de Viena de 1993, lembraram que cerca de centena e meia de países da Ásia, da África, e da América Latina, tinham o passado comum de uma situação colonial dominada pelos ocidentais ricos, e mostraram a determinação geral de imporem uma política nacional independente, que assentava em bases muito claras: a primeira delas era que a

mia, das finanças e da informação.

O passivo destas declarações é todavia preocupante, não obstante as muitas dezenas de convenções internacionais, compromissos assumidos e intenções declaradas, porque os direitos humanos foram lidos à luz variada e específica dos países em desenvolvimento, que invocaram as suas condições históricas, económicas, sociais e políticas privativas, como designadamente praticaram a China e o Japão, embora sendo países comprometidos nos campos ideologicamente antagónicos.

Um efeito altamente negativo é que os países desenvolvidos são frequentemente levados a olhar para tais áreas com um



Sessão Solene: Adriano Moreira é cumprimentado pelo Governador Civil de Leiria

soberania nacional, no sentido mais radical, constitui a mais sólida base de sustentação dos direitos humanos em cada um dos países; que as preocupações mais importantes, nesse domínio, tinham a ver com intervenções externas na sua jurisdição, agressões estrangeiras nem sempre militares, esquecimentos de que o direito ao desenvolvimento é a primeira das prioridades e também a primeira a exigir a cooperação internacional.

As três declarações preliminares das conferências preparatórias, realizadas em Tunis, São José e Bangkok, deram o apoio e substância a esta posição, que viria a influenciar a Declaração de Viena de 1993, e a prática que apoiou o movimento de globalização da econo-

conceito pragmático de utilidade, identificando a África útil, a Ásia útil, a América útil, com tolerância igualmente útil para com as situações internas. O tom dos diálogos dos líderes ocidentais em Pequim é de regra instrutivo. Por outro lado, como está nesta data a ser dramaticamente exemplificado em África, o reclamado direito ao desenvolvimento, o qual sustentam que deveria ser inscrito na Declaração Universal, traduz-se em prioridade na captura do poder interno, a qualquer preço, sem limites decorrentes do respeito pelos restantes direitos humanos secularizados. O diálogo da utilidade não se inquieta excessivamente com esse percurso, e tudo exige uma mudança de perspectiva universitária e uma revisão crítica das



perspectivas da universidade.

Foram, em regra, o poder do Estado ou o poder da Igreja, que deram legitimidade às instituições universitárias, vigiando com frequência o exercício a que se dedicavam, e deste modo limitando muitas vezes o direito de ensinar e de aprender em qualquer lugar.

Este fim de século parece caracterizado pelo facto de que as universidades, emergindo mais libertas pela derrocada dos regimes totalitários, autoritários, e tradicionalistas, fundam sobretudo na legitimidade ganha em exercício a autoridade necessária para exercerem funções de investigar, ensinar, e prestar serviço à comunidade.

Trata-se de um paradigma que vai ampliando a incidências à medida que a internacionalização das acções, a transnacionalização das comunidades, a interdependência mundializada das estruturas políticas, apontam para a efectiva globalização do saber, e do saber fazer, como património comum da Humanidade. Esta tendência visível do processo vem acompanhada de uma tabela de desafios que exigem resposta urgente, sendo talvez útil identificar e caracterizar alguns dos mais instantes.

Em primeiro lugar, o inevitável apagamento das fronteiras que em muitos lugares ilhavam o sistema universitário de cada nacionalidade e nacionalismo, em relação aos sistemas de outros países, defendendo-se dos estrangeirados. Esta

atitude teve expressão aguda, na experiência portuguesa, com a recusa do reconhecimento dos títulos universitários no exterior, uma resistência que apenas deu mostras de debilidade final neste fim de século.

A resposta à concepção do saber como património comum da Humanidade está, ao contrário, no conceito de rede mundializada, com os seus patamares correspondentes aos grandes espaços que vão acudindo às insuficiências das soberanias. Esta tarefa, no que toca à realidade portuguesa, alonga-se do espaço europeu institucionalizado (EU) à geografia humana e multicontinental da língua e cultura portuguesas (UPLP). Tal objectivo tem como condição necessária embora não suficiente de êxito, que a rede nacional de cooperação se transforme num projecto adoptado pela várias unidades e subsistemas da realidade nacional, ainda insuficientemente comunicantes. A legitimidade ganha em exercício inclui uma mudança de acento tónico, que se traduz em ultrapassar a mera intervenção na formação cultural, científica e técnica dos jovens, para acentuar, como nuclear, a relação Universidade-Sociedade, reforçando a formação para a investigação, e por isso valorizando os títulos de pós-graduação.

Por outro lado, a transnacionalização que as projecta na sociedade da informação e do saber do fim do século, alargou a função dos serviços à comunidade com a

exigência de abrir a utilização das suas competências e recursos nas áreas necessitadas de ajuda e até de agressão para despertarem para o desenvolvimento, e sobretudo assumindo uma nova escala de valores exigida, entre outras, pelas seguintes novas circunstâncias: o diálogo entre as várias áreas culturais que, pela primeira vez na história, falam todas com voz própria, num globo unificado que reclama o desenvolvimento da transdisciplina, e a qualificação da sociedade como da informação, do saber, e da sabedoria. O saber e o saber fazer não podem desenvolver-se na ausência da discussão das boas razões, uma teoria que gradualmente perdeu importância nos currícula.

Quando Oppenheimer sacrificou a carreira e o prestígio para advertir o governo dos EUA contra o uso do poder que se basearia na domesticação da energia atómica, estava a proclamar que a Universidade não pode desligar-se da responsabilidade dos valores, nem pode ajudar os poderes políticos a semear o mundo de riscos maiores, refugiada numa neutralidade a que não tem direito.

Pelo contrário, a necessidade de ponderar as diferenças culturais e os diversos percursos históricos, aparecem como uma exigência irrenunciável da investigação e do ensino de uma rede universitária que se mundializa, e por isso tem de contribuir para que o conflito entre as áreas culturais não seja a realidade já prognosticada do próximo século.

Em síntese, tudo se traduz no dever de preparar para o exercício da cidadania, mas entendida esta não apenas como o exercício dos *civil rights* e das *civil liberties* das soberanias liberais, mas antes como a harmonização dessas capacidades com a cidadania no grande espaço internacional a que cada país vai pertencendo, e, finalmente, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, paradigma da cidadania universal. De algum modo, respondendo à globalização do desenvolvimento com um humanismo que assume que o passivo também é global.

Adriano Moreira,
professor universitário



Sessão Solene: Manuel Brandão Alves, Director Geral do Ensino Superior

Escola e comunidade em diálogo permanente

No início de mais um ano escolar, de mais um novo ano académico, como se diz na gíria do Ensino Superior, de mais uma nova etapa da vida de ser estudante e ser professor, gostaria de começar por cumprimentar os nossos leitores e desejar para toda a comunidade da Escola Superior de Educação de Leiria, em particular, e, em geral, para toda a que integra o grande Instituto que é o IPL, um Feliz Natal e um Bom Ano Novo.

E, porque se avizinham o novo século e o novo milénio, auspício também para toda a Região de Leiria a viragem para uma nova página da história deste povo, ainda mais rica, no seu desenvolvimento humano, social, cultural e industrial. E que a ESEL saiba servir com dignidade o meio onde se insere e saiba também ela,

conjuntamente com o IPL, pugnar por um Ensino Superior pujante e ainda mais marcante no contexto português.

De um modo mais pragmático, gostaria que o órgão que presido, pudesse, democraticamente e essencialmente:

1. Contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
2. Contribuir para a melhoria do regulamento de frequência, avaliação, transição de ano e precedências;
3. Contribuir para o assegurar de ciclos te-

máticos de conferências, palestras, seminários e outras actividades de interesse cultural, científico e pedagógico, que entrossem ainda mais a escola e a comunidade envolvente;

4. Contribuir para o desenvolvimento e crescimento dos meios pedagógicos, bibliográficos e audio e videográficos, que possam servir alunos, professores e outros estudiosos desta região que, grosso modo, cientificamente, não pode continuar mais perdida entre Coimbra e Lisboa.



Ricardo Vieira

Presidente do Conselho Pedagógico da ESE - Leiria

É necessária uma política de formação de quadros



Américo Correia de Oliveira

Presidente do Conselho Científico da ESE - Leiria

A gestão da política científica e cultural da Escola Superior de Educação de Leiria cabe, primordialmente, ao seu Conselho Científico.

Como Presidente deste órgão, diria que as perspectivas e expectativas para o próximo ano lectivo de 2000/01 deverão incidir

sobre os seguintes vectores:

Consolidação das vertentes de formação inicial, contínua, de complemento de formação, e de profissionalização em serviço, dentro e fora do Continente; Resposta aos novos desafios que a criação das licenciaturas bietápicas de Turismo,

RHCT, e outras, constituem;

Cooperação com Instituições estrangeiras nos domínios da formação de professores, nomeadamente Cabo Verde, Moçambique e Guiné;

Política de formação de quadros docentes, através da aquisição de graus académicos de mestre e doutor.

Abertura do quadro de professores, o verdadeiro coração-docente da Escola.

Política de formação de quadros que passe, obrigatoriamente pela vertente investigativa e de pós-graduação, mesmo que tal desiderato implique a aquisição, em conjugação com as outras Escolas Superiores, do estatuto de Instituição Universitária.

Agenda

14 de Dezembro

"A Criança na Literatura Tradicional Angolana" – de Américo Correia de Oliveira, docente e Presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Educação de Leiria, publica obra literária que será apresentada pelo Professor Doutor Lourenço do Rosário, Reitor do Instituto Superior Politécnico e Universitário de Moçambique no próximo dia 14 de Dezembro de 2000 na ESEL.

14 de Dezembro

Protocolo de cooperação entre a Escola Superior de Educação de Leiria e o Instituto Superior Politécnico e Universitário de Moçambique visando estabelecer laços de cooperação entre a ESEL e o ISPU, nomeadamente no âmbito do projecto de reconversão de docentes, com o nível de bacharelato, através da sua qualificação em professores licenciados do Ensino Básico do Primeiro Ciclo de Educação de Infância.

Protocolo de cooperação entre a Escola Superior de Educação de Leiria-ESEL e o Ateneu Desportivo de Leiria-ADL, tendo por objectivo o desenvolvimento de actividades no âmbito das actividades física e desportivas, reforçando assim, a ligação entre a Comunidade e a Escola

15 e 16 Fevereiro

Encontro Nacional de Ensino Precoce das Línguas Estrangeiras: práticas actuais e perspectivas futuras – 15 e 16 de Fevereiro de 2001 o ensino precoce das línguas estrangeiras tornou-se um imperativo da política educativa comunitária. Aprender línguas estrangeiras no Pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico constituiu um espaço de formação linguística e intercultural e uma experiência que favorecerá a promoção do espírito de abertura e de aceitação do outro. Em Portugal, este campo de aprendizagem é ainda pouco conhecido, e, por isso, esta iniciativa pretende ser uma oportunidade para professores, formadores e investigadores reflectirem sobre esta realidade portuguesa e perspectivarem os caminhos a trilhar no futuro

Jornada Queirosiana

No âmbito das Comemorações do Centenário da Morte de Eça de Queirós realizou-se na Escola Superior de Educação de Leiria uma Jornada Queirosiana, em que marcaram presença vários especialistas: Professora Doutora Cristina Cordeiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Prof. Dra Cristina Nobre, Professor Doutor Américo Correia Oliveira, Professor Doutor Eduardo Fonseca, do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Leiria, Prof. Dra Ana Vilela, da Universidade de Évora, Prof. Dra Ana Peixinho da Universidade Católica Portuguesa-Pólo de Leiria e Dra Amélia Pais, da Escola Secundária Rodrigues Lobo, de Leiria.



Perfil do professor em análise

O Presidente do Conselho Directivo da ESEL, Dr. José Manuel Silva apresentou à comunidade docente e discente desta Escola a 2ª versão do projecto de "Perfil Geral de

Desempenho do Educador e do Professor" elaborada no seio da Comissão de Estudos e Pareceres do Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores – INAFOP, para

uma análise atenta e apresentação de eventuais sugestões. A partir da aprovação definitiva destes perfis, iniciar-se-á o processo de acreditação dos respectivos cursos, depreendendo-se assim que o 1º ciclo vai funcionar completamente autónomo em relação às variantes, pelo que se torna cada vez mais urgente voltar a submeter a despacho superior as propostas de alteração curricular dos cursos das variantes com a inclusão da formação para o 3º ciclo.



Seminário "A Voz"



A voz constitui um instrumento fundamental na prática quotidiana dos professores. A utilização adequada da voz pode ser encarada quer numa perspectiva preventiva, quanto a problemas de saúde, quer numa perspectiva comunicativa e expressiva.

Como instituição de formação de professores, a Escola Superior de Educação de Leiria organizou nos dias 27 e 28 de Outubro de 2000

um Seminário sobre os professores e a Voz. Os trabalhos consistiram em conferências, debates e oficinas práticas. Entre os conferencistas e dinamizadores encontravam-se médicos, especialistas de acústica, terapeutas da fala, professores e dinamizadores de arte dramática e dicção e professores. O programa teve início com uma conferência subordinada ao tema "Os Professores, a saúde e a voz", pelo Dr. Luís Tomás, médico otorinolaringologista. O Doutor Carlos Fafaiol, do Instituto Superior Técnico, proferiu uma conferência sobre "A acústica e o ensino".

Em várias sessões, funcionaram as oficinas: "Da respiração à palavra expressa e comunicada", dinamizada pela Prof^a Carmo Ribeiro, formadora no âmbito da utilização da voz; "Movimento e voz", dinamizada pela Prof^a Vera Keel; "Criatividade vocal", dinamizada pela Dra. Margarida Pinto Basto da Escola Superior de Educação de Leiria; e "Abordagem terapêutica", da responsabilidade de Raquel Aires, terapeuta da fala.



Qualificação para a docência no Ensino Básico

A reunião da ARIPESE-Associação para a Reflexão e Intervenção na Política Educativa das ESE's - na Escola Superior de Educação de Leiria no dia 2 de Novembro de 2000, reuniu com os seus órgãos de direcção, para discutir e analisar, entre outros assuntos, o que se refere à reformulação das

formações e dos perfis de qualificação para a docência na Educação Básica, nomeadamente a extensão da formação para o 3º ciclo do Ensino Básico nas ESE's. Foi aprovada uma Moção e enviada ao Senhor Ministro da Educação e Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior.

Agenda

19 de Fevereiro

Terá início na Escola Superior de Educação de Leiria, a 19 de Fevereiro de 2001, o curso de **Mestrado em Ciências da Educação "Educação e Diversidade Cultural"** em consequência de protocolo entre a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto - FPCE e a Escola Superior de Educação de Leiria - ESEL.

O programa curricular do curso de Mestrado consiste em seis módulos que serão leccionados em aulas teóricas, teórico-práticas e práticas.

"Educação pela Arte" - Estudos em homenagem ao Dr. Arquimedes da Silva Santos, obra lançada em Novembro de 2000 na Fundação Calouste Gulbenkian, pela Editora Livros Horizonte, da Coleção Biblioteca do Educador, com o apoio desta Fundação, sendo a Dra Isabel Kowalski uma das autoras sob o tema "Educação Estética: A Fruição nos Primeiros Anos do Ensino Básico".

Antropologia da Educação em debate

A American Anthropological Association promoveu a 99th Annual Meeting San Francisco, CA, USA sob o tema "The Public Face of Anthropology" entre 15 e 19 de Novembro 2000. O Professor Doutor Ricardo Vieira, do Departamento de Ciências Sociais da ESEL, participou nesta Conferência com cerca de 3000 conferencistas, apresentando uma comunicação sob o tema "To Become a Teacher is a Metaphor. Metamorphoses in Teacher's Identity". Paralelamente, participou numa Mesa Redonda sobre o tema "The Cultural Production of Power in Portugal, em Townsend Center for the Humanities da Universidade da Califórnia, onde apresentou a comu-



nicação "My Road to the Anthropology of Education in Portugal: Political Contexts and the Sciences".

Com a Linguagem: do lado dos sons



Acaba de ser publicado o livro Com a linguagem (e subtítulo do lado dos sons), da autoria de Luís Barbeiro, que é professor coordenador da

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria.

A edição deste livro teve o apoio da Escola Superior de Educação de Leiria. O objectivo da publicação foi facultar instrumentos de trabalho e de aprendizagem, nos domínios da Fonética e Fonologia, aos educadores e professores ligados ao ensino da língua materna, neste caso o Português.

O livro, publicado pela editora Legenda, encontra-se dividido em três partes: I) Bases Linguísticas – Fonética e Fonologia, II) Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem e III) Ensino-Aprendizagem. Na primeira parte, o autor conduz a aprendizagem de conteúdos de Fonética e Fonologia, com o propósito de educadores de infância e professores compreenderem o que, nestes domínios, está em causa no processo de aquisição da linguagem e de poderem fundamentar a sua acção, no âmbito da língua materna.

A segunda parte apresenta o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem por parte da criança.

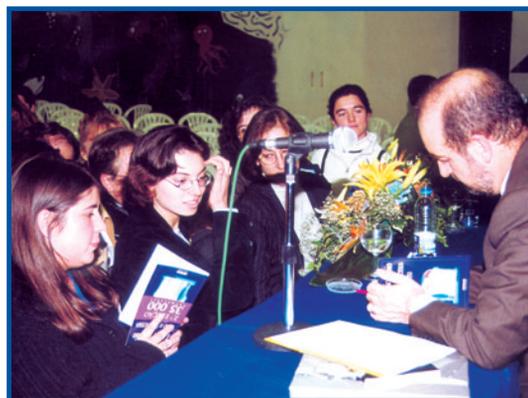
Estabelecendo a ligação com as bases linguísticas apresentadas e com a aquisição da linguagem, o autor dedica a terceira parte ao ensino-aprendizagem, ou seja, às actividades que educadores e professores poderão concretizar, com vista ao desenvolvimento linguístico das crianças.

Dia da Escola

No dia 27 de Novembro, a ESE-Leiria comemorou o Dia da Escola com um conjunto de iniciativas de interesse para a comunidade



Homenagem
ao Prof. Afonso de Carvalho,
professor aposentado da ESEL



Depois da Conferência,
Daniel Sampaio autografa
as suas obras, apreciadas
pelo público



Um concerto
para animar
o Dia da ESE-Leiria

Mestrado em Ciências da Educação

Protocolo entre a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto – FPCE e a Escola Superior de Educação de Leiria – ESEL - assegurando o funcionamento do Mestrado em Ciências da Educação – área de especialização

em Educação e Diversidade Cultural. Dinamização de outras acções de carácter científico e pedagógico que se incluam na sua especialidade e que sejam do interesse das escolas do Instituto Politécnico de Leiria, mediante acordo entre as partes.

É imperativo saber como ensinar

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria abriu o ano lectivo de 2000/01 com novos cursos, sendo agora treze as possibilidades de opção que esta Escola oferece à comunidade estudantil. Todavia, temos a consciência de que a grandeza de uma escola não se mede hoje, nem pelo número de alunos que a frequentam, nem pelo número de cursos que oferece. Estamos, pois, cientes de que é na qualidade do seu ensino, no *know-how* com que os seus diplomados enfrentam o mercado de trabalho que reside a razão de ser de qualquer escola.

Enquanto presidente do Conselho Pedagógico da ESTG de Leiria, pensamos que a qualidade do ensino superior não pode cingir-se ao mero processo de ensino/aprendizagem, simples transmissão de conhecimentos, por parte do docente, e à respectiva assimilação, por parte do aluno. Se ao professor cabe a responsabilidade da adequação dos conhecimentos às necessidades do mundo do trabalho, também ao professor cabe a consciência de que o tecido empresarial reclama, por um lado, o domínio técnico/científico, mas também uma formação activa na recorrência constante actualização/aprofundamento dos conhecimentos por outras vias de aquisição que não sejam a do professor.

A qualidade da educação no ensino superior exige, assim, uma dinâmica constante numa perspectiva englobalizadora da sociedade em que estamos inseridos. Compete, pois, à Escola, levar o aluno não só a adquirir conhecimentos científicos e técnicos, mas também a desenvolver a capacidade de raciocínio e de análise crítica que reforce as competências profissionais e sociais inerentes à vida activa. E onde irão os nossos jovens exer-

cê-la? Eles sentem que os horizontes da sua empregabilidade se tornam cada vez mais amplos, que cada vez são menos prisioneiros dos limites territoriais do país a que pertencem, mas sentem também que a exigência os espera e a concorrência é feroz.

A União Europeia, preocupada com os desafios do novo milénio, através da Declaração da Sorbonne de 25 de Maio de 1998, alerta para as necessidade de se criar, a nível do Ensino Superior, um espaço europeu que promova a mobilidade dos alunos e a integração destes no respectivo mercado de trabalho. Um ano mais tarde, a 19 de Junho de 1999, Portugal, juntamente com outros vinte e oito países, assinou a Declaração de Bolonha que traça objectivos concretos a serem atingidos na próxima década, entre os quais se destacam a adopção de um sistema de diplomas, facilmente legíveis e comparáveis, e a criação de um sistema de créditos extensíveis à formação ao longo da vida e reconhecidos pelas instituições de Ensino Superior.

A massificação do ensino, por um lado, o encaminhamento de alguns dos alu-

nos para áreas de conhecimento que não são as de primeira opção e o déficite de conhecimentos em determinadas áreas do saber, por outro, são constituintes de uma realidade que a ESTG de Leiria não é alheia.

Perante este quadro referencial, a Escola preocupa-se em responder às necessidades científicas pela actualização dos planos curriculares, pela formação científica dos seus docentes. Às funções da docência, o professor tem que aliar as de pedagogo: não basta saber o que ensinar, é imperativo saber também como fazê-lo... O Conselho Directivo com o Conselho Pedagógico, de cuja composição fazem parte alunos e professores em número paritário, estão a implementar um programa de formação, onde o factor comunicação e vários modelos pedagógicos alertam o docente para novas estratégias que ajudarão a atenuar o insucesso escolar.

Só apostando seriamente nas competências científicas e pedagógicas dos seus docentes, uma escola terá a garantia de que o seu objectivo primordial – a qualidade – será atingido.



M^{te} Augusta Machado Macedo

Presidente do Conselho Pedagógico da ESTG-Leiria

Agenda

19 de Outubro

Apresentação do Curso de Eng^o Automóvel. No sentido de apresentar o novo curso de licenciatura bi-etápica, Eng^o Automóvel, (antes Eng^o de Manutenção Automóvel, bacharelato) a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, através do Departamento de Eng^o Mecânica promoveu duas conferências: **"Investigação Científica em Aerodinâmica de Veículos"**, pelo Doutor Manuel Carlos Gameiro (ADAI; Departamento de Eng^o Mecânica da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra); a 2^a Conferência subordinada ao tema: **"O Impacto da Informática na Redução do Tempo de Desenvolvimento do Eco Veículo XC01"** foi desenvolvida pelo Doutor Pedro Carvalheira (Departamento de Eng^o Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Faculdade de Coimbra). No final destas conferências houve ainda lugar para uma visita técnica à "Expo Auto" na Exposição na Batalha.

25 de Outubro

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria promoveu duas conferências no âmbito do curso de Eng^o do Ambiente. A 1^a Conferência subordinada ao tema **"Energia e Desenvolvimento Sustentável"**, foi proferida pela Prof. Doutora Maria da Graça Carvalho, Professora na IST, Vice Presidente da Ordem dos Engenheiros. A 2^a Conferência foi subordinada ao tema **"Ambiente e Cidadania"** e foi proferida pelo **Dr. José Manuel Alho**, Docente da ESTG-Leiria.



27 de Outubro

No âmbito do Mestrado em "Economia e Estratégia Industrial", a ser leccionado nesta Escola, foi promovida a conferência **"Orientações Actuais da Política Industrial em Portugal"**, proferida pelo Gestor do POE, **Prof. Maximiano Martins**.

Atendendo a que Portugal acaba de lançar o terceiro Programa de Política Industrial (POE- Programa Operacional da Economia) desde a sua adesão à Comunidade Europeia, abrangendo agora, para além da indústria, também outros sectores da economia, antes cobertos por programas próprios. À

imagem do PEDIP I e do PEDIP II, também o POE dispõe de meios financeiros substanciais para estimular e apoiar o desenvolvimento das actividades produtivas no país.



Contabilidade e Fiscalidade

2.^a edição de Formação Contínua



Tendo como objectivo proporcionar aos profissionais formação especializada nas áreas da Contabilidade e da Fiscalidade, a ESTG – Leiria irá realizar, a partir de Janeiro de 2001, a 2.^a edição do Curso de Formação Contínua naquele domínio que no ano passado revelou bastante adesão. Trata-se de uma excelente oportunidade para actualização de conhecimentos pela análise dos módulos que a seguir se apresentam.

F - FISCALIDADE

F1	10h	IRC Data prevista: 5, 6 e 12 de Janeiro de 2001
F2	10h	IVA Data prevista: 13, 19 e 20 de Janeiro de 2001

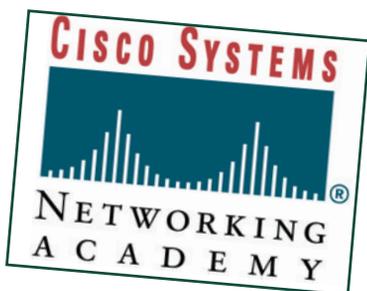
C - CONTABILIDADE

C1	5h	Prestação de Contas Data prevista: 26 e 27 de Janeiro de 2001
C2	14h	O Controlo de Custos ao Serviço da Estratégia Data prevista: 2, 3, 9 e 10 de Fevereiro de 2001
C3	14h	O Controlo de Gestão em Pequenas e Médias Organizações Data prevista: 2, 3, 9 e 10 de Março de 2001

Academias de Informática em força na ESTG-Leiria

Academia CISCO

A ESTG – Leiria integra uma Academia Cisco, um projecto profissional da área da formação em área de redes, proporcionado pela Cisco Systems, uma empresa líder de mercado em equipamentos de *rotting*. A iniciativa é recente, e teve como principais impulsionadores os Eng.º Carlos Rabadão e Manuel Machado, do Departamento de Engenharia Informática. Estes docentes, que receberam formação em Inglaterra para poderem ser técnicos CISCO, lideram agora a referida Academia que tem como objectivo dar formação a alunos que, após a frequência de 4 módulos na área de redes, poderão realizar um exame final que lhes possibilita a certificação para trabalharem no do-



mínio da comunicação de dados. Existem na Escola laboratórios equipados para aulas, que são frequentadas por alunos do Bacharelato em Engenharia Informática, ramo Redes e Sistemas de Comunicação, bem como alunos do curso de Engenharia Electrotécnica, extendendo-se ainda a profissionais externos à Escola.

Academia Microsoft

Estabelecido o protocolo em Julho que criou a Academia Microsoft na ESTG – Leiria, este projecto instituído pela empresa com o mesmo nome, tem como objectivo formar técnicos especializados em Sistemas de Informação e Redes e Sistemas de Comunicação. Neste momento, proporcionam em laboratórios próprios, formação ao nível do Windows

NT4, certificando formadores nesta área. A Academia Microsoft na ESTG – Leiria é a primeira em Portugal a funcionar num sistema de Ensino Politécnico e pretende, dentro em breve, abrir portas para o exterior, cativando o público interessado nas tecnologias da Microsoft, como o Office 2000 e Windows Milénio, entre outros.

Academia Oracle

A Academia Oracle é outra instituição existente na ESTG-Leiria da qual daremos conta na próxima edição deste revista.

15 e 16 de Dezembro de 2000

9º Encontro Nacional de Economia Industrial

Irà realizar-se na ESTG - Leiria o 9º Encontro Nacional de Economia Industrial, promovendo o contacto entre investidores de Economia Industrial e áreas afins, tem como

objectivo principal divulgar e debater os trabalhos realizados nesse âmbito. Este encontro contará com a presença de docentes e investigadores a nível nacional

Agenda

Nesta conferência o gestor do POE expõe as linhas de orientação que presidiram à elaboração do Programa e estão presentes na sua execução.

8 e 15 de Novembro

No seguimento de edições anteriores a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria através do Departamento de Eng.º Electrotécnica tem vindo a organizar no corrente ano lectivo, os "Colóquios em Engenharia Electrotécnica 2000". Assim foram organizados os colóquios: Liberalização do mercado de energia eléctrica - Prof. João Santana, Administrador da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico / Professor no IST e "Totally Integrated Automation" - apresentado pela Siemens, respectivamente.

22 de Novembro

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, no âmbito dos cursos de Eng.º Mecânica e Eng.º e Gestão Industrial, organizou duas conferências subordinadas ao tema, "Perspectivar o Futuro". A primeira conferências foi proferida por **Henrique Neto**, Presidente do Conselho de Administração do Grupo IberoMoldes, - Indústria de Moldes: Exemplo de uma Cadeia de Valor. A segunda conferência foi proferida por **Jorge Oliveira Martins**, Empresário e Vice-Presidente do Nerlei, - Desenvolvimento Tecnológico e os Cursos de Engenharia.



5 de Janeiro

Irà efectuar-se a abertura solene do Mestrado em Contabilidade e Fiscalidade, que contará com a presença do Dr. Miguel Beleza.

Novo logotipo

A ESTG tem um novo logotipo desde 7/11/2000, homologado pelo presidente do Instituto Politécnico de Leiria



Perspectivas da Escola para o ano lectivo 2000/01

As perspectivas da ESTGAD, para o presente ano lectivo, encontram-se ligadas às principais prioridades definidoras das linhas de acção desta Escola.

Neste ano lectivo, pretende-se desenvolver as linhas orientadoras das políticas da Escola em termos de investigação e desenvolvimento e de estratégias de combate ao insucesso escolar. Prevê-se, assim, a criação de unidades funcionais de carácter científico e técnico, afins às áreas existentes na escola, com o objectivo de se constituírem pólos de promoção e desenvolvimento de projectos de investigação científica.

Relativamente às estratégias de promoção do sucesso escolar, pretende-se repensar os conteúdos do ensino e a própria organização curricular, não esquecendo

os apoios específicos, cujas necessidades sejam detectadas. Tem-se vindo a melhorar as infra-estruturas e os equipamentos físicos e é nosso objectivo, aumentar a qualificação científica do corpo docente - em Portugal, a percentagem de doutorados e mestres, nas áreas das artes e do design, é muito baixa.

A ESTGAD apostará também na formação ao longo da vida, aumentando a sua capacidade de atrair "novos públicos", quer através da realização de workshops de iniciação, especialização, reciclagem

e aperfeiçoamento, quer através da organização de conferências, seminários e cursos de curta duração.

Encontram-se ainda previstas, para este ano lectivo, actividades no âmbito da cooperação internacional, nomeadamente, intercâmbio de exposições, de alunos e de docentes, bem como, no âmbito da cooperação com empresas e associações económicas e artísticas, no sentido de proporcionar uma formação que favoreça a empregabilidade e o bom desempenho profissional dos alunos.

José Ventura da Cruz Pereira

Director da ESTGAD-Caldas da Rainha



Um ensino mais profissionalizante

Carlos Lopes

Presidente do Conselho Pedagógico da ESTGAD-Caldas da Rainha

Neste ano debruçar-me-ei apenas sobre uma das vertentes da escola, numa perspectiva funcional: a formação inicial.

A ESTGAD passou por uma fase de crescimento, estando a funcionar este ano, pela primeira vez, o 2.º ciclo em todos os cursos ministrados. É o momento de consolidação e portanto a fase da aposta na qualidade. E esta passa por dois aspectos essenciais: combate ao insucesso e melhoria da qualidade do ensino.

Para combater o insucesso que ainda se ve-

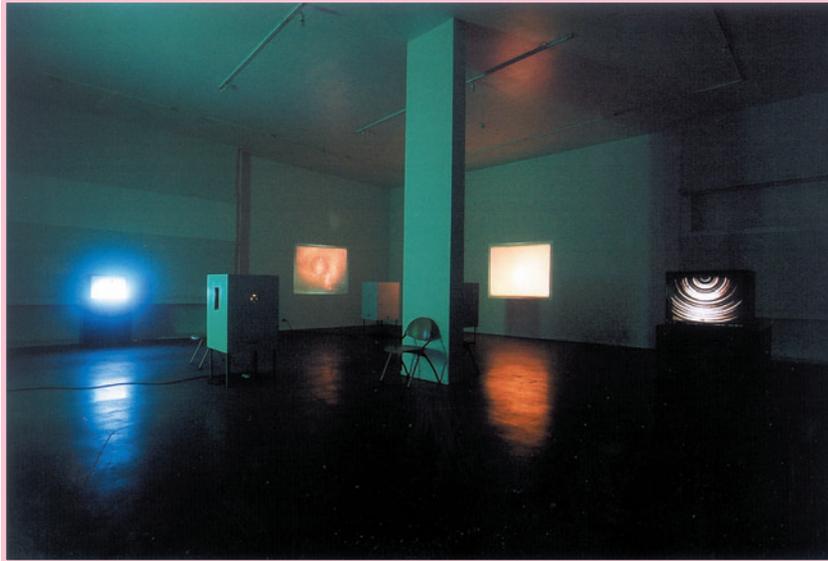
rifica em algumas disciplinas a escola tomou para este ano já algumas medidas, como a diminuição do número de alunos por turma e o funcionamento das disciplinas com menor índice de aproveitamento em anos diferentes do que está previsto na organização curricular dos cursos (por exemplo, disciplinas do primeiro ano a funcionar também no segundo ano). A experiência dirá sobre a correcção destas medidas.

A melhoria da qualidade do ensino passará por afirmar uma perspectiva profissiona-

lizante, característica do ensino superior politécnico.

Assim a escola deverá persistir na matriz profissionalizante dos seus cursos valorizando a sua vocação e inovando nas práticas formativas.

As linhas de orientação passarão por incentivar o desenvolvimento de actividades interdisciplinares e projectos experimentais, estreitar a relação entre a formação inicial e o tecido empresarial e organizacional favorecendo a implementação de metodologias de formação que privilegiem o saber fazer e a autonomia dos alunos, sem prejuízo do rigor científico; estimulando a inserção na formação de actividades realizadas em empresas ou organizações e a realização em actividades curriculares de projectos profissionais para o exterior.



Slow-Motion continua

Organizado pelo grupo Art Attack, O projecto Slow-Motion, concebido por Miguel Wandshneider iniciado a 4 de Maio do corrente ano e prolongar-se-à até Setembro de 2002, é um ciclo de vídeos e filmes realizados por artistas portugueses, desde os anos 60 até aos nossos dias.

Durante o mês de Outubro, houve 2 apresentações: Julião Sarmento a 18 e Vítor Pomar no dia 31.

Destaca-se ainda também no dia 18 de Outubro a exibição de filmes realizados por António Palolo, no final dos anos 60 e

década de 70, que “possuem um interesse sobretudo sociológico ou de registo de cumplicidades e afectos”, como relatou o jornal “Expresso”, na edição de 18 de Novembro. Especial destaque para os inéditos “O Pato de Joaquim Bravo”, “Drawings/Lines”, “Lights”.

O grupo Art Attack apresentou ainda na Escola exposições de Ricardo Jacinto “Peça para headphones e cana de pesca”, e de Mariana Viegas, desta feita no Museu da Cerâmica, prosseguindo o ciclo com João Paulo Feliciano no dia 25 de Outubro.

Descriminalização da Droga em debate

No âmbito de um ciclo de conferências promovido pela Associação de Jovens em Movimento, realizou-se na ESTGAD no passado dia 17 de Novembro uma conferência intitulada “Descriminalização da Droga – referendo: sim ou não? Os conferencistas presentes foram Miguel Portas, dirigente do Bloco de Esquerda e Pedro Vassalo, mandatário do Movimento “Todos pelo Referendo”.



Eventos

Caldas da Rainharte

A Galeria itinerante “D. Ivone”, uma iniciativa de artistas ligados à ESTGAD (incluindo professores e alunos), comissariada por Rodrigo Vilhena, apresenta uma exposição designada “Caldas da Rainharte”, que consiste na inauguração simultânea de oito exposições em vários espaços da cidade, para além da ESTGAD, a decorrer de 18 de Novembro a 16 de Dezembro.

ESTGAD na Expoeste

No âmbito da “1.ª Convenção Nacional de Artes e Pintura Criativa”, organizada pela ADIO e pela Revista de Artes Decorativas “Passo a Passo” e realizada na Expoeste de 30 de Novembro a 3 de Dezembro, a ESTGAD marcou a sua presença com um stand informativo.

Alunos visitam ESTGAD

A 22 de Novembro - um grupo de 30 alunos, finalistas dos cursos tecnológicos de Artes e Tecnologias da Comunicação Gráfica e design do equipamento, da Escola Artística António Arroio, incluindo cinco jovens surdos, acompanhados por 3 professores e uma intérprete de língua gestual portuguesa.

A 30 de Novembro - um grupo de 37 alunos, do 9.º ano da Escola Básica 2, 3 do Cadaval, acompanhados por 4 professores.

Prémio de design “Publish Estudantes 2000”

O aluno João Paulo Granja Oliveira, do 4º ano de Design, ramo Tecnologias Gráficas, foi um dos três vencedores do prémio de design “Publish Estudantes 2000”, da revista mensal Publish, com o trabalho “Calendário Urbano 2000” - um calendário anual, que também poderá ser mensal, basta que se destaque o picotado,

em que todas as fotos, referentes a cada mês, são originais e resultaram de uma pesquisa de *lettering* e cromática; as cores escolhidas relacionam-se com as estações do ano (o Inverno é apresentado em cores frias, enquanto que o Verão aparece com cores quentes, próprias da altura).



Workshops e Seminários

Técnicas de Fundição em Escultura

Decorreu de 23 a 25 de Novembro nas ESTGAD um Workshop subordinado ao tema “Técnicas de Fundição em Escultura”, orientado pelo Professor António Sorroche Cruz, da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Granada.

Vídeo

“Sampling” é o título de um workshop sobre vídeo orientado por João Paulo Feliciano e Helder Luís, em colaboração com a ESTGAD, Slow Motion e Houselab, para alunos dos 4.º e 5.º anos, realizado no dia 30 de Novembro.

Saúde

O CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica” promoveu no dia 28 de Novembro no auditório da ESTGAD, um seminário subordinado ao tema “A Saúde enquanto Factor de Sucesso Pessoal e Profissional”.

IPL aposta nas Caldas da Rainha

Em debate esteve nos dias 12, 19 e 26 de Outubro a problemática do Ensino Superior, no “Fórum do Ensino Superior das Caldas da Rainha”, onde ficou clara a aposta do IPL na cidade das Caldas da Rainha, evidenciando a importância da Escola Superior de Animação, Artes e Espectáculos para aquela cidade, conforme salientou João Paulo Marques, Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Leiria.

Crescimento e consolidação: objectivos primordiais

A elaboração do Relatório de Actividades da Escola Superior de Tecnologia do Mar levou-nos naturalmente, à análise do nível de exequibilidade dos objectivos definidos no início do ano. O ano que está prestes a findar, tem grande importância referencial, uma vez que corresponde ao seu primeiro ano de funcionamento.

Julgo podermos afirmar que mais de 80% do que definimos como objectivo foi concretizado. No entanto, “a nossa ambição caiu sobre nós”, tornando hoje o desafio cada vez maior. Definimos como objectivo atingir os 260 alunos e atingimos 251, que corresponde a um aumento de 353%, que impôs necessárias alterações e reestruturação.

No que respeita às instalações, conseguimos parcialmente responder às necessidades, ficando aquém do desejável nos espaços sociais para alunos e nos gabinetes para docentes. A preocupação de proporcionar uma aprendizagem muito suportada em aulas práticas, evoluiu com a concretização da 2ª fase de investimento no laboratório de Electrotecnia/Electrónica e a criação do laboratório de Biologia e Química. Outros projectos foram elaborados e propostos, tal como as instalações definitivas, cujo início de construção se prevê, ainda para 2001.

O desenvolvimento do trabalho docente também está a corresponder ao que se planeou e está a ser assegurado por uma equipa docente jovem, com sólida preparação académica, competente e muito voluntariosa.

Os alunos, conscientes do esforço que se está a desenvolver, têm-se envolvido nas dinâmicas da Escola e colaborado, permitindo ultrapassar alguns problemas. Estamos a conseguir uma escola de todos e para todos, assumindo a sua divulgação e valorização como tarefa, igualmente de todos.



Luís Fernando Almeida

Director da ESTM - Peniche

É na organização e na resposta administrativa que se encontram as nossas maiores fragilidades. Apesar de termos implementado a utilização de um programa informático de gestão de alunos, a escassez de recursos humanos dificultam a prestação de um serviço de qualidade. Já possuímos uma interessante rede de informação e já está definida a nossa estrutura organizacional, mas agora, só o crescimento e a consolidação do projecto nos vai permitir atingir o nível de qualidade que pretendemos.

Crescimento e consolidação apresentam-

-se como as nossas palavras chave, até porque são estas duas apostas que nos permitirão atingir um número de docentes cuja dimensão, possibilitará uma intervenção crítica sobre os problemas que se nos venham a apresentar. Se é aceite que a maioria das áreas onde formamos estão carenciadas de técnicos, o que permitiria aumentar o número de vagas, também é verdade que uma nova área de formação, no âmbito da Engenharia Sanitária, poderia ser integradora das áreas já existentes, tornando a Escola Superior de Tecnologia do Mar um projecto mais consistente.

Faz parte da aposta de crescimento, o desenvolvimento de uma 4ª área técnico-científica estratégica, integradora das já existentes, no âmbito das questões Sanitárias e Ambientais, em articulação com a Biotecnologia, com o Turismo e com a Engenharia. Esta última, incidindo na concepção de estações de tratamento e na intervenção em empresas industriais.

Aquacultura

Multinacional tem interesses em Peniche

Outros desenvolvimentos no âmbito da parceria entre a ESTM e empresa multinacional dedicada à Aquacultura – Continuam os contactos entre a Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche e empresa multinacional interessada em instalar em Peniche uma unidade produtiva de Aquacultura, afigurando-se o projecto cada vez mais exequível.

Estão envolvidas neste projecto, para além da referida empresa, as seguintes entidades: Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche e o Instituto de Ciências Agrárias do Vairão, integrado na Universidade do Porto. No presente momento, encontram-se já em concretização os Estudos de Impacte Ambiental deste projecto.

Turismo Litoral e Marítimo

Potencialidades e novos produtos

Ao fecho desta edição, a Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche encontra-se a ultimar o Seminário subordinado ao tema “Turismo Litoral e Marítimo – Potencialidades e Novos Produtos” que decorrerá, no dia 28 de Novembro, no Salão Nobre da Fortaleza de Peniche. Este seminário encontra-se dividido em três painéis - Perspectivas Futuras para o Turismo, Novos Produtos Turísticos e Projectos Turísticos, e conta com mais de uma dezena de intervenções que reúnem entidades públicas, privadas e investigadores relacionados com o Turismo. Com este evento, a Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche pretende contribuir para a avaliação e divulgação das potencialidades turísticas de Peniche e para a caracterização das novas alternativas de produtos turísticos, nomeadamente, fazendo do Seminário um

amplo espaço de discussão sobre as novas alternativas de produtos turísticos para as comunidades marítimas atlânticas.



Alargamento de instalações

Encontra-se já em funcionamento parte do Bloco B das instalações escolares da ESTM. O alargamento das instalações da Escola para este Bloco ficou a dever-se ao aumento verificado no número total de alunos da ESTM no decurso do Concurso Nacional de Acesso 2000/2001 – mais do triplo relativamente ao ano transacto.

Novos laboratórios

Foi concluída, no final do mês de Novembro, a 1.ª fase dos Laboratórios de **Biologia e de Química** e a 2.ª fase do Laboratório de **Electrotecnia/ Electrónica** da ESTM. Os referidos laboratórios, destinados aos cursos de Engenharia Naval e Industrial e Biologia Marinha e Biotecnologia, estão dotados dos mais diversos equipamentos imprescindíveis à componente formativa prática destes cursos. Salientamos, nos laboratórios de Química e Biologia, a aquisição uma estufa de secagem de materiais, uma centrífuga, e no âmbito dos equipamentos de segurança, uma *hotte* destinada ao manuseamento de materiais tóxicos e chuveiro de segurança. No que diz respeito ao Laboratório de Electrotecnia/Electrónica, salientamos os osciloscópios, os geradores de sinal, as bases de montagem e diversos componentes electrónicos destinados aos trabalhos experimentais realizados no Laboratório.

Sector das actividades desportivas e culturais



A equipa de basquetebol do IPL

O sector de Actividades Desportivas e Culturais, presta apoio às respectivas actividades. Relativamente ao desporto, este encontra-se organizado em duas vertentes: a de lazer, e a de competição, através da FADU (Federação Académica do Desporto Universitário), que se traduz na participação em competições entre as diversas selecções das Instituições de Ensino Superior (público, privado e cooperativo), nas seguintes modalidades:

- Futebol 11
- Futebol 5 (masculino e feminino)
- Basquetebol (masculino e feminino)
- Voleibol (masculino e feminino)
- Rugby (masculino e feminino)
- Orientação
- Ténis de mesa
- Mergulho

Os Serviços debatem-se com extremas dificuldades neste âmbito, por falta de instalações que possam proporcionar treinos às selecções existentes e por conseguinte dificuldades de criação de novas modalidades, como sejam, o andebol e o hóquei em patins. Aguarda-se que sejam atribuídas verbas para construção de um pavilhão gimnodesportivo, que resolveria, não só o problema dos treinos das selecções desportivas do Instituto, bem como proporcionaria espaço para os alunos do IPL que procurem o desporto como uma forma de descontração e lazer. É objectivo desta secção, organizar internamente até final do presente ano lectivo alguns torneios (Basquetebol, Voleibol, Futebol), convidando academias de outros pontos do país. Lança-se, desde já, um convite a todos os estudantes do IPL para visitarem o SADC, onde podem inscrever-se numa das modalidades praticadas ou para participarem em actividades de índole cultural promovidas por este sector.

O gabinete da Secção de Actividades Desportivas e Culturais, funciona no Edifício dos SAS, no Morro do Lena



Sector das Actividades Desportivas e Culturais

Serviços de Acção Social – Instituto Politécnico de Leiria

Morro do Lena – Alto do Vieiro
Apartado 2829 2401- 901 Leiria Codex

Tel. 244830640 - 244830641
Fax 244830646
E-mail: sas@sas.iplei.pt

Quadro 1

Bolsas de estudo

Os Serviços de Acção Social já procederam ao pagamento de bolsas de estudo referentes a Outubro e Novembro a 1249 bolseiros.

Estima-se que no presente mês se conclua o estudo dos restantes processos de candidatura aos benefícios sociais.

O total de encargos com o pagamento de bolsas de estudo eleva-se neste trimestre a 97.602.386\$00.

A leitura do quadro 1 permite efectuar uma análise do total de estudantes contemplados com bolsa de estudo em Outubro e Novembro do corrente ano por situação de deslocado/não deslocado, por sexo e por escola.

Alunos que receberam bolsa em Outubro e Novembro por escola e sexo

Escola	DESLOCADOS		NÃO DESLOCADOS		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
ESE	52	186	33	59	330
ESTG	179	168	16		421
ESTGAD	118	160	24	30	332
POLOESE	8	87	3	23	121
POLOESTG	1	8	0	0	9
ESTM	18	12	2	4	36
Total	376	621	78	174	1249

Previsão do encargo com bolsas no presente ano lectivo

Residência de estudantes	Nº Candidatos (a)	Nº Alojados (b)	Nº Camas	Taxa ocupação	% (b) e (a)	
Leiria	1º ano	144	76	76	100%	60%
	2º, 3º, 4º e 5 anos	339	2 282	28	100%	67%
	Total	465	304	304	100%	65%
C.Rainha	1º ano	52	24	24	100%	46%
	2º, 3º, 4º e 5 anos	177	72	72	100%	41%
Total	229	96	96	100%	42%	
Total Geral	694	400	400	100%	58%	

Evolução desde o ano lectivo de 1986/87 até à data do número de bolsas atribuídas e do respectivo valor da bolsa média

Anos lectivos	Alunos	Bolsas pedidas	Bolsas concedidas	Valor bolsa média	Encargo anual
1986/87	70	33	28	7128\$	1 996 000\$
1987/88	182	98	68	7520\$	5 114 000\$
1988/89	304	122	69	7475\$	5 158 000\$
1989/90	476	134	90	6986\$	5 687 000\$
1990/91	1 099	181	122	8064\$	9 838 000\$
1991/92	1 287	276	230	1 1259\$	19 703 000\$
1992/93	1 518	461	358	1 8135\$	61 192 000\$
1993/94	1 933	654	432	1 8193\$	81 400 000\$
1994/95	2 501	1 360	752	1 6010\$	120 396 000\$
1995/96	2 992	1 496	806	1 4730\$	118 749 000\$
1996/97	3 520	1 225	811	1 6440\$	126 173 000\$
1997/98	4 198	1 512	1 021	2 1788\$	170 017 000\$
1998/99	5 401	1 796	1 164	2 1548\$	249 322 000\$
1999/00	6 295	1 921	1 293	2 1511\$	291 548 000\$
2000/01	7 200	2 024	1 476	2 2040\$	326 220 850\$

Alojamento

A par do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, mais uma vez se verificou que o número de candidaturas ao alojamento nas residências de estudantes é superior à capacidade das mesmas. No sentido de tentar dar resposta às solicitações dos estudantes, os SAS já iniciaram a construção de mais um bloco com capacidade para alojar 90 estudantes em Leiria, localizado junto à residência A, B e D. Aguarda-se financiamento para a construção de uma residência semelhante à já existente, bem como para Peniche.

Nº de candidaturas por anos e cidades para 2000/01

		Nº cand.	Nº aloj.	Nº camas	Taxa ocup.
Leiria	1º ano	105	76	76	100%
	2º, 3º, 4º e 5 anos	339	228	228	100%
C.Rainha	1º ano	51	24	24	100%
	2º, 3º, 4º e 5 anos	171	72	72	100%
Total Geral		666	400	400	100%



Vinte anos de IPL em memória

Para assinalar os vinte anos de criação do Instituto Politécnico de Leiria, que se comemoraram na sessão solene realizada na Igreja de S. Francisco em Leiria,

no passado dia 18 de Outubro, o IPL ofereceu uma bonita peça de porcelana que retrata a cidade de Leiria ano início do século.

Subsistemas de ensino em análise



Os CADERNOS DO ENSINO SUPERIOR são uma publicação do Instituto Politécnico de Leiria, IPL, destinada à reflexão sobre os problemas e desafios que se colocam hoje ao ensino superior.

O trabalho com que iniciamos esta publicação, remete-nos para um dos mais importantes problemas com que se debate hoje o ensino superior politécnico: o da definição da sua própria identidade pela afirmação da especificidade do seu modelo formativo.

O texto, de dois autores que dispensam quaisquer apresentações, elaborado a solicitação do IPL, é acima

de tudo um momento alto de reflexão, agora partilhada, que levanta questões, aponta caminhos possíveis, estimula a discussão, e faz das conclusões quase um simples exercício de lógica. Este é sem dúvida um convite à descoberta do que pode fazer a diferença no ensino superior politécnico, através da sua expressão mais evidente: os cursos que ministra.

Jantar de Natal 2000

O Jantar de Natal do Instituto Politécnico de Leiria e das suas Unidades Orgânicas (ESSE, ESTG, ESTGAD, ESTM e SAS) realiza-se esta ano nas Caldas da Rainha, contando com a presença de funcionários (docentes e não docentes) e respectivos familiares.

Questionário

- 1. Qual a leitura que faz do papel do IPL na região? Acha que tem cumprido a sua missão?**
- 2. Que ofertas de formação considera que o IPL deveria ainda assegurar?**
- 3. Se fosse Presidente do IPL, quais as medidas que certamente não deixaria de tomar?**
- 4. Quais aquelas que seguramente não teria tomado?**

MARIA OFÉLIA MOLEIRO

Deputada do PSD pelo círculo eleitoral de Leiria



Na sequência de um breve questionário realizado a individualidades da região a propósito do IPL, no âmbito das comemorações dos seus 20 anos de existência, publica-se agora a opinião de Maria Ofélia Moleiro.

1 - Só um cidadão distraído não veria as diferenças óbvias, na cidade de Leiria e na Região, provocadas pelo impacto económico e social do IPL, demonstradas em estudo publicado pelo IPL em 2000.

2 - Estou em sintonia com uma das conclusões basilares do 1.º Congresso: "O IPL não poderá deixar de considerar as 'auto-estradas' da informação na procura de novos paradigmas de ensino". A oferta deverá alargar-se ao virtual e diversificar-se por períodos limitados correspondentes à procura do mercado nacional e sobretudo, regional. O sector hoteleiro da região carece de oferta de formação urgente.

3 - Não respondeu.

4 - Não respondeu.

Avaliação: um caminho para a qualidade

O IPL e as suas Escolas Superiores estão fortemente empenhados no processo de avaliação que decorre no âmbito da ADISPOR. Esta associação, que tutela o processo de avaliação no ensino superior politécnico, lançou este ano o processo de avaliação dos cursos ministrados pelas Escolas dos Institutos Superiores Politécnicos.

Na Escola Superior de Educação (ESE) e na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) já tinha havido um processo prévio de treino, que incluiu um momento de auto-avaliação dos cursos e, no caso da ESTG, um momento de avaliação externa da área de Gestão e Economia. A Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design nas Caldas da Rainha e a Escola Superior de Tecnologia do Mar em Peniche vão iniciar agora este processo.

O processo que se iniciou este ano tem âmbito nacional e prevê que até ao ano 2005 todos os cursos ministrados nas nossas Escolas Superiores tenham tido pelo menos um momento de auto-avaliação e um momento de avaliação externa.

Os procedimentos de auto-avaliação obedecem a um guião, de âmbito nacional, aplicável a todas as escolas e cursos ministrados – com pequenas adaptações de especificidade, como é óbvio. Neste guião são analisadas questões como: a) as características da instituição/escola superior que ministra o curso; b) o seu percurso histórico e a sua organização interna; c) a história do curso,

a sua organização curricular e as actividades associadas ao curso; d) indicadores de procura do curso e de sucesso do curso; e d) indicadores relativos à inserção profissional dos diplomados pelo curso.

Todos estes elementos são recolhidos através da análise directa de dados descritivos existentes nas instituições, e também utilizando métodos de recolha de opinião que incluem inquéritos e entrevistas a professores, alunos, funcionários, antigos alunos, empregadores e associações profissionais.

Este trabalho é coligido num relatório de auto-avaliação. Este relatório, por um lado, é remetido à ADISPOR para que a partir daí prepare e proceda à avaliação externa. Por outro lado é analisado internamente ao nível dos órgãos das Escolas com responsabilidades no desenvolvimento dos cursos, as quais podem desde logo começar a implementar medidas de melhoria naquilo que considerarem conveniente.

Os momentos de avaliação externa obedecem também a um modelo comum a todas as instituições. Esta avaliação é feita por uma Comissão de Avaliação Externa, integrada por várias personalidades de reconhecido mérito nas áreas dos cursos a avaliar, personalidades ligadas ao mundo académico e também ao mundo empresarial. O seu trabalho tem como ponto de partida o relatório de auto-avaliação elaborado pelas Escolas. A partir daí são feitas visitas às instituições nas quais são desenvolvidos um conjunto de

contactos que incluem reuniões de trabalho com a direcção da Escola, a equipa que elaborou o relatório de auto-avaliação, docentes, funcionários, alunos e ex-alunos, e ainda entidades exteriores à Escola. Deste trabalho é depois elaborado um relatório pela Comissão de Avaliação Externa, que é enviado às Escolas, onde são analisados diversos elementos, nomeadamente o grau de rigor do relatório de auto-avaliação e os pontos fracos e os pontos fortes encontrados.

A avaliação dos cursos é um processo quase obrigatório. A sua não realização pode ter algumas implicações menos agradáveis para a vida das instituições – e é importante que todas as pessoas tenham consciência disso (as que fazem parte do IPL e todos os outros cidadãos).

Esta não é contudo a forma correcta de encarar. Ela deve ser vista como uma ferramenta poderosa que permitirá introduzir melhorias substanciais nos cursos ministrados pelas Escolas do IPL. Na verdade, a recolha sistemática de todas aquelas informações e as reflexões feitas sobre elas, se conseguirem ser transformadas em medidas concretas de optimização dos cursos, dos processos de ensino/aprendizagem, de inserção da instituição no meio e do seu melhor entrosamento com os agentes económicos, sociais e culturais da região, elevarão certamente o prestígio do Instituto, e podem contribuir de facto para o desenvolvimento nacional.

Plano de Feiras com a presença do IPL

O Instituto Politécnico de Leiria tem marcado presença com um stand informativo em feiras de reconhecida importância quer a nível regional quer numa esfera nacional. Destacam-se até ao final do ano de 2000:

Local	Feira	Data
Peniche	Festival de Sabores do Mar	14 a 24 de Setembro de 2000
Exposalão - Centro de Exposições da Batalha	Expoauto	14 a 22 de Outubro de 2000
FIL, Parque das Nações - Lisboa	Livro 2000 - 1.º Salão de Lisboa	3 a 7 de Novembro de 2000
Exposalão - centro de Exposições da Batalha	ExpoDecor	4 a 12 de Novembro de 2000
Expoeste - Caldas da Rainha	1.ª Convenção Nacional de Artes e Pintura Decorativa	30 de Novembro a 3 de Dezembro de 2000
Exposalão - centro de Exposições da Batalha	Arte	1 a 10 de Dezembro de 2000
FIL, Parque das Nações - Lisboa	Fórum Estudante / Juventude 2000	10 a 14 de Dezembro de 2000

Alguns números sobre o Ensino Superior em Portugal

A saída da lei que aprova a organização e ordenamento do ensino superior, os resultados, que vão sendo conhecidos, da avaliação às universidades e a não colocação de qualquer candidato em certos cursos tem provocado alguma discussão sobre a manutenção ou não de certos cursos e a definição da rede do ensino superior.

Na realidade, de um universo inicial de 703 cursos passa-se a um total de 1569 cursos quando os candidatos à frequência do ensino superior são confrontados com as ofertas de formação face ao binómio curso/estabelecimento.

No Ensino Superior Privado existem 10 universidades (algumas com extensões)

e 103 estabelecimentos não universitários (entre sedes e extensões), sendo 14 escolas da área da saúde; no



Ensino Superior Público existem 15 universidades, 15 politécnicos, 28 escolas na área da saúde, 2 outras escolas não integradas (Escola Náutica e Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, e 8 estabelecimentos de ensino militar e policial.

A oferta de formação no sector do Ensino Superior Público corresponde a 65% (1015 cursos) do total de toda a formação existente no país, com uma oferta equilibrada entre universitário e politécnico (50% para cada) no ensino superior público e de 64% para o subsistema universitário e 36% para o subsistema politécnico, no ensino superior privado.

Quanto à natureza da formação, o subsistema universitário oferece, no sector público, 59 % dos cursos (510) para 41 % (352) no

ensino superior privado e o subsistema politécnico oferece 71 % dos cursos (505) no ensino superior público, para 29 % (202), no ensino superior privado.

Entre Ensino Superior Público e Privado existem, na área das Ciências, 58 cursos com a mesma designação e 128 em função do par curso/estabelecimento; os números equivalentes para as restantes áreas são: área das Tecnologias – 151; 284; área da Saúde – 30, 115; área do Direito, Ciências Sociais e Serviços – 86, 202; área da Agricultura, Pecuária e Recursos Naturais – 41, 60; área da Arquitectura, artes plásticas e Design – 44, 83; área da Economia, Gestão, Administração e Contabilidade – 82, 201; área das Humanidades, Secretariado e Tradução – 67, 138; área das Ciências da Educação e Formação de Professores – 44, 239; área do Teatro, Cinema, Música, Dança, Educação Física e Desporto – 81, 98; área do Ensino Militar e Policial – 19, 21.

Relativamente à distribuição geográfica do ensino superior no país verifica-se que no Ensino Superior Público existem cursos superiores em todos os distritos, embora não haja oferta de ensino universitário nos distritos de Viana do Castelo, Viseu, Guarda, Leiria, Santarém, Portalegre e Beja. Quanto à oferta de cursos do Ensino Superior Privado verifica-se não existir qualquer curso superior, universitário ou politécnico, nos distritos de Portalegre, Évora e na Região Autónoma dos Açores. Por outro lado, nos distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Aveiro, Guarda, Castelo Branco, Beja e Faro não há oferta em termos de instituições universitárias.

Quer no subsistema universitário ou politécnico, no Ensino Superior Público, a maior expressão em termos de áreas de estudo encontra-se na Área das Tecnologias com, respectivamente, 106 e 113 cursos, seguindo-se depois as áreas das Humanidades, Secretariado e Tradução (81 cursos) e de Ciências (71) no subsistema universitário, enquanto que no subsistema

politécnico se encontram as áreas das Ciências da Educação e Formação de Professores (109 cursos) e Teatro, Cinema, Música, Dança, Educação Física e Desporto (69 cursos). No Ensino Superior Privado a maior expressão em termos de áreas de estudo encontra-se na Área do Direito, Ciências Sociais e Serviços, no subsistema universitário, com 50 cursos, seguindo-se depois as áreas de Economia, Gestão, Administração e Contabilidade (37 cursos) e de Humanidades, Secretariado e Tradução (36 cursos); no subsistema não universitário, a área com maior expressão é a de Ciências da Educação e Formação de Professores (65 cursos), seguindo-se as áreas de Direito, Ciências Sociais e Serviços (62 cursos) e, finalmente, Teatro, Cinema, Música, Dança, Educação Física e Desporto (60 cursos). No que respeita ao grau académico, a maior percentagem pertence, quer no ensino superior público quer no ensino superior privado, aos cursos de licenciatura, com 61,1% (621 cursos) e 71,5% (396 cursos), respectivamente. O grau de licenciatura bietápica situa-se em segundo lugar com uma oferta claramente superior do ensino superior público (35,3%; 357 cursos) relativamente à do ensino superior privado (10,8%; 60 cursos).

Analisando a situação em termos regionais, verifica-se que no distrito de Leiria a predominância da oferta vai para o subsistema politécnico, com 38 cursos oferecidos no Ensino Superior Público e 16 no Ensino Superior Privado. Existem apenas 4 cursos oferecidos pelo subsistema universitário privado. Quanto às áreas de formação são predominantes, no ensino superior público, a área das Tecnologias (13 cursos) e a área das Ciências da Educação e Formação de Professores (9 cursos). No ensino superior privado a maior oferta de formação é nas áreas de Direito, Ciências Sociais e Serviços e Humanidades, Secretariado e Tradução, ambas com igual oferta de formação (5 cursos).

IPL preside à Assembleia Geral da ENERDURA

O Instituto Politécnico de Leiria preside, desde o passado dia 14 de Novembro de 2000, à Mesa da Assembleia Geral da ENERDURA, Agência Regional de Energia da Alta Estremadura, da qual é sócio-fundador. Na Assembleia Geral realizada naquele dia no Salão Nobre da Câmara Municipal de Leiria e presidida pelo representante da AMAE (Associação de Municípios da Alta Estremadura), Isabel Damasceno, foram eleitos os corpos sociais, com Luciano de Almeida para o cargo referido.

A ENERDURA tem a sua sede em Leiria e

como espaço de intervenção o correspondente aos dos Municípios da Alta Estremadura.

De acordo com o artigo 3.º do capítulo I, dos Estatutos, “o objecto da ENERDURA é o de contribuir para aumentar a eficiência energética, através da utilização racional e da conservação de energia, e para melhorar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos. Nesse sentido, a ENERDURA deverá promover a introdução de conceitos de eficiência energética e ambientais nos processos de planeamento e ordenamento do território,

fomentar a utilização de soluções e tecnologias adequadas à conservação de energia e de menor impacte ambiental promovendo a criação de novas actividades económicas e emprego, e assim contribuir para um desenvolvimento sustentado da região”.

O Instituto Politécnico de Leiria, como agente polarizador do desenvolvimento da região, assume a responsabilidade de activamente colaborar na prossecução dos objectivos e concretização das actividades principais definidas dos Estatutos daquela associação regional.

Encontro Nacional na ESE - Leiria Ensino Precoce das Línguas Estrangeiras

A Secção de Línguas Estrangeiras do Departamento de Línguas e Literaturas da Escola Superior de Educação de Leiria vai realizar, nos dias 15 e 16 de Fevereiro de 2001, no âmbito das Comemorações do AEL 2001, um Encontro Nacional subordinado ao tema “ensino Precoce das Línguas Estrangeiras: Práticas Actuais e Perspectivas Futuras. O Encontro integra as vertentes de Formação, Ensino e Investigação, procurando cruzar contributos teóricos com práticas desenvolvidas nestes domínios, ao nível das Línguas Estrangeiras nos anos iniciais de escolaridade. Dirigido a professores de todos os níveis de ensino, formadores e inves-

tigadores, o Encontro tem os seguintes objectivos: discutir o actual enquadramento legislativo e curricular do Ensino Precoce das Línguas Estrangeiras (EPLEs); aprofundar o conhecimento da situação do EPLEs no Sistema Educativo Português; promover o intercâmbio de ideias e experiências no âmbito do EPLEs; perspetivar modalidades de alargamento e aprofundamento da formação e investigação no domínio do EPLEs. Presentes estarão o Presidente do IPL, que presidirá à Sessão de Abertura, bem como especialistas de expressão francesa e inglesa em conferências plenárias e *workshops*.

Bolsas de Investigação

Estão abertas as inscrições para atribuição de 4 Bolsas de Investigação a trabalhos de pesquisa de âmbito específico, cujo núcleo temático central aborde aspectos do concelho de Leiria.

A iniciativa é promovida pela Câmara Municipal de Leiria e pretende estimular a investigação, realizada preferencialmente por jovens.

O prazo do concurso decorrerá de 15 de Dezembro de 2000 a 15 de Janeiro de 2001, devendo as candidaturas ser formalizadas em impresso próprio requisitado e entregue na Divisão de Educação da Câmara Municipal de Leiria.

Organização e Ordenamento do Ensino Superior

Realizou-se no dia 3 de Novembro, no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, o Seminário “Organização e Ordenamento do Ensino Superior”, uma iniciativa promovida pelo IPL.

PAINEL “Universidade e Politécnico: natureza da formação ministrada e articulação entre os dois subsistemas”

MODERADORES: Prof. Doutor Veiga Simão

Prof. Doutor Júlio Pedrosa

Prof. António de Almeida Costa

Prof. Doutor Luís Soares

Prof. Doutor Adriano Pimpão

RELATORES: Prof. Doutor Vasco Garcia

Prof. Doutor José Alves

Prof. Nuno Mangas

CONCLUSÕES

Relativamente à sessão de abertura, a tónica geral foi no sentido de existir uma excessiva produção legislativa, muita da qual não é cumprida.

Houve referências à dificuldade levantada pela Lei 26/2000 à permeabilidade entre os dois sub-sistemas, Universitário e Politécnico, bem como à necessidade de se definir bem o enquadramento e os recursos colocados à disposição do sistema, para prossecução das metas a atingir.

Foi salientado que o seminário se destinava a uma discussão e confrontação de ideias, sendo que, para se cumprir a Lei, em termos adequados, é preciso complementá-la.

O Sr. Director Geral do Ensino Superior referiu que a Lei do Ordenamento é um instrumento de regulação, tendente a ordenar e organizar o crescimento tumultuoso do Ensino Superior português, resultante das variações da oferta e da procura, ao longo de três décadas.

Referiu ainda a vantagem na renúncia a comportamentos corporativos e alertou para o risco de, na sequência da Declaração de Bologna, o nosso Ensino Superior poder vir a ser tomado por modelos vindos de fora, caso não se façam as reestruturações necessárias.

1º Painel

O Prof. Doutor Veiga Simão, na introdução



Sessão de abertura

ao 1º painel, começou por afirmar que a Lei de bases foi incapaz de definir com precisão o que era subsistema Universitário e Politécnico e daí a necessidade deste seminário. De seguida, colocou questões relacionadas com o contributo que os dois subsistemas poderão dar para o desenvolvimento do país num contexto de competitividade e globalização da sociedade do conhecimento.

A terminar e face ao atraso da participação de Portugal no contexto europeu e mundial, colocou a questão do que é necessário fazer para ultrapassar esta questão.

O Prof. Doutor Júlio Pedrosa, depois de afirmar que os profissionais, quer de Universidades, quer de Politécnicos quando lhes são dados meios têm sabido responder aos desafios que lhes são colocados, referiu, como exemplo, a oferta formativa, a qualificação do pessoal docente e o sistema de investigação. Defendeu, de seguida, uma sociedade mais qualificada que dê mais competitividade ao país, e afirmou que, para atingir estes objectivos, o que é necessário não são mais leis, mas sim uma diversificação e flexibilidade de formação, quer para os Jovens (18 aos 29), quer para os restantes grupos etários.

Referiu ainda a sua total concordância com

o texto dos Prof.s Veiga Simão e Almeida Costa no que se refere à natureza de cada um dos subsistemas do Ensino Superior.

A terminar, indicou o que no seu entender seriam os passos para alterar a situação actual:

- diversificar e flexibilizar a oferta mantendo a exigência e a qualidade;
 - priorizar a formação ao nível do doutoramento e manter o rigor da investigação de forma a ser reconhecida a nível internacional, tendo concluído dizendo que, “se a Lei é impeditiva no alcançar de algum destes desideratos, então que seja alterada”.
- O Prof. Almeida Costa começou por referir que a Lei de bases é pouco clara na distinção da natureza da formação e na sua articulação, referindo que ambos os subsistemas têm objectivos idênticos, que é a capacitação dos formandos para intervenção na sociedade, referindo que o aparecimento do Ensino Politécnico se deve à incapacidade de os sistemas Universitários tradicionais conseguirem dar resposta à heterogeneidade dos públicos, bem como, face à evolução tecnológica, responder à necessidade de novas aptidões e qualificações.

Quanto à natureza da formação do Ensino Politécnico, que inicialmente foi definido como sendo essencialmente profissionalizante,



há que associar-lhe uma perspectiva de ajustamento constante, quer em termos temporais, quer em termos de evolução do saber.

O Prof. Almeida Costa defende, no entanto, que deverá ser no interior das próprias instituições que a construção conceptual se deve realizar, uma vez que será a prática de cada subsistema que irá definir a própria natureza e não o texto da Lei.

Afirmou de seguida que o Ensino Superior pode apresentar dois tipos de vocação institucional:

a) uma, mais prospectiva, a Universitária, virada para extensão e construção do futuro;

b) outra, a Politécnica, virada para acompanhar o fluir, dia-a-dia, da sociedade.

Assim, a Universidade parte do saber para o saber fazer, enquanto que no Politécnico, há uma coincidência do saber, do saber fazer e do fazer.

Na sequência do referido, é afirmado que no futuro, face à igual dignidade dos dois paradigmas formativos, os candidatos ao Ensino Superior, pautarão a sua escolha por critérios de interesse pessoal e vocacional e não pelo “status” de cada um dos subsistemas.

A terminar, define quais os factores que considera essenciais para que o Ensino Superior Politécnico possa outorgar os diferentes graus académicos previstos na Lei de bases do sistema educativo, nomeadamente:

a) o enquadramento dos cursos na missão institucional;

a) a garantia de que os cursos são de carácter profissionalizante, quer na sua concepção, quer na sua realização;

b) existência de recursos humanos e materiais que permitam a sua realização com qualidade, referindo que deve existir um aprofundamento e realização de parcerias formadas entre os dois subsistemas.

O Prof. Doutor Adriano Pimpão começou por referir que “o Ensino Superior é uma questão de desenvolvimento e que a sociedade tem que definir se é ou não uma prioridade”. Referindo-se à génese do Ensino Superior Politécnico, refere que progressivamente tem havido uma maior maturidade e ajustamento dos dois subsistemas, considerando que as diferenças já não são tão acentuadas.

Refere que o subsistema Politécnico não foi criado por questões de desenvolvimento do país, mas sim para dar resposta às pressões da sociedade em termos de formação de quadros técnicos, de uma forma mais rápida e barata.

Depois de se referir ao corpo docente “Universitário” do politécnico e à igualdade de dignidade que é consagrada na Lei, pensa que o que é mais importante é que cada subsistema “sinta” essa igualdade.

Considerando fundamental a qualificação do corpo docente, defende, no entanto, que deve existir o mesmo grau de exigência e igualdade de oportunidades na progressão, condição para um caminho de respeito mútuo, embora a qualificação possa ter tonalidades diferentes.

A terminar, o Prof. Adriano Pimpão refere

três cenários futuros para o ordenamento do Ensino Superior:

1º Existência de dois subsistemas com objectivos diferenciados, havendo necessidade do seu aprofundamento;

2º Passagem dos Institutos Politécnicos a Universidades;

3º Coexistência dos dois subsistemas na mesma Instituição.

Termina referindo a multiplicidade de instituições do Ensino Superior, colocando a questão sobre se o país tem recursos para manter esta multiplicidade de instituições. Relativamente a estes cenários, no decorrer do debate foram referidos pelo Prof. Júlio Pedrosa, outros dois cenários:

1º Passagem de todas as Universidades a Politécnicos;

2º Integração de Escolas Universitárias em Politécnicos e vice-versa.

O Prof. Doutor Luís Soares começou por referir que o trabalho dos Prof.s Veiga Simão e Almeida Costa, “Ensino Politécnico em Portugal”, é muito elogiado por todos os intervenientes, mas que nem sempre é assumido na prática, sugerindo que o mesmo seja assumido na sua plenitude.

Depois de colocar algumas questões sobre as metas e objectivos de cada um dos sub-sistemas, referiu que um dos óbices a uma adequada articulação entre os dois subsistemas é a falta de diálogo entre as organizações de cúpula dos dois subsistemas (CRUP e CCISP).

Considerando que a investigação que se faz é importante e de qualidade, coloca, no entanto, a questão sobre qual o ganho do país com esta mesma investigação, uma vez que considera que para além do desenvolvimento cultural e científico, há que ter em conta o desenvolvimento económico, afirmando que é nesta faceta que o Politécnico poderá ser uma mais-valia. Referiu, de seguida, que o Ensino Superior deverá ter como meta o de contribuir para o desenvolvimento do país a todos os níveis, criando alternativas competitivas definidas com critérios de competência e qualidade.

Para o efeito, refere a necessidade de articulação entre os diferentes parceiros, devendo estar previamente definidos os objectivos de cada um dos parceiros. Estes objectivos traduzem-se numa vocação própria con-



Luís Soares, presidente do CCISP



Manuel Brandão Alves,
director geral do Ensino Superior

substanciada numa orientação curricular, metodologias, investigação, tipologia dos graus académicos e estrutura do corpo docente, que leve à criação duma cultura própria, que resulte do seu interior e não de imitação de outros modelos.

Termina referindo que é fundamental a cooperação entre os dois subsistemas, baseada na confiança e respeito mútuo, existindo normalmente acordo ao nível dos princípios, mas de dificuldade ao nível da sua concretização.

Durante o debate foram colocadas algumas questões, tendo o Prof. Veiga Simão referido que não há uma visão global do Ensino Superior, que se devem aprofundar as especificidades, não se devendo seguir caminhos imitativos.

Referiu, de seguida, a baixa produtividade do Ensino Superior, apesar de Portugal apresentar bons indicadores nos gastos com educação e nos rácios professor/Aluno, colocando a questão do que é que queremos para Portugal.

De seguida, foram colocadas várias questões pelos participantes relacionadas com:

- a) aprofundamento das especificidades de cada sub-sistema e a sua ligação com o exterior;
- b) o problema dos graus académicos;
- c) articulação entre os sub-sistemas através das áreas científicas;
- d) utilidade das Pós-graduações.

Como conclusão final, o moderador referiu a necessidade do aprofundamento do

Ensino Superior Politécnico com ligação às empresas e serviços, e que a afirmação das Escolas se deve fazer pela qualidade e não pela designação, afirmando ainda que considera que, no futuro, os graus académicos a conceder no Ensino Superior serão unicamente o de licenciado, mestre e doutor.

MESA REDONDA

“Rede Pública do Ensino Superior: criação de Estabelecimentos, Unidades Orgânicas e Cursos”

MODERADORES: Prof. Doutor João de Deus Pinheiro
Prof. Doutor Vasco Garcia
Prof. Doutor Luís Sousa Lobo
Prof. Valter Lemos
Prof. Cristina Figueira
RELATORES: Prof. Doutor Ruben Capela
Prof. Doutor Antas de Barros
Prof. José Manuel Silva

CONCLUSÕES:

O Prof. Doutor Sousa Lobo comentou com algum pormenor, a substância dos artigos 11.º a 22.º referindo a sua não simpatia por alguma dessa substância.

Referiu com simpatia a expansão do ensino superior, sobretudo na última década, fazendo a afirmação de que essa expansão se aproxima de valores, na ordem dos 40 a 45% da população.

Objectivou a situação dos dois subsistemas no que concerne à entrada e à saída dos respectivos cursos, pondo em evidência a questão social.

Referiu ainda a preocupação dos privados (ensino) com o ingresso dos alunos, mas sem preocupação nas saídas e caracterizou o ensino público na sua vertente de preocupações financeiras com a interiorização de que “o Estado paga tudo”!

Falou na necessidade de fortalecer os cursos de Banda Larga, melhorar a avaliação das Escolas do Sistema e ainda gerar a estruturação de conhecimentos, o que em muitos casos e em muitos cursos, ainda se não verificou.

Deve haver preocupação com a criação de áreas de formação ao longo da vida.

O Prof. Valter Lemos, focou problemas dependentes da lei 26/2000, e focou com muita objectividade o problema da rede de ensino superior como ponto central em matéria de política educativa, referindo que a Lei

em discussão é absolutamente estatizante, por referir matéria que é propriedade do Estado, e questionou sobre o que é hoje o Ensino Superior, para concluir que a Lei acaba por não inovar absolutamente nada, deixando que a Universidade continue a ser Universidade e o Politécnico, Politécnico.

Concluiu com a ideia de que a Lei veio apenas trazer mais rigidez à que já existia.

Focou depois o problema de monitorização do Ensino nas Instituições de Ensino Superior, desejando que tal sistema, possa habilitar o poder político a decidir melhor. Finalmente, referiu situações de sobreposição dos subsistemas de Ensino Superior aludindo os casos de Aveiro e Viseu.

A Prof.ª Doutora Cristina Figueira, referiu a ressonância com que o problema dos conhecimentos científicos e culturais sobressaem da análise da Lei 26/2000.

Abordou depois um conjunto de matérias no âmbito da Filosofia da Educação, para se interrogar se há efectivamente uma crise no âmbito da Escola e manifestou algumas preocupações no que concerne ao não encontrar soluções no contexto de uma Sociedade democrática.

O cidadão, referiu ainda, deve ser informado pelo trabalho e para o trabalho, afirmando que os Institutos Politécnicos querem continuar a seguir o seu desígnio de desenvolverem regionalmente o País e mesmo o próprio país no seu todo!

O Prof. Doutor Vasco Garcia, fez uma intervenção, com afirmações de que não devem ser gerados mais estabelecimentos de ensino superior, que deve ser regulamentada a Lei da Autonomia, e que se devem mandar para “as calendas gregas” o art.º 19.º n.º 2, criando-se Unidades Orgânicas, se as mesmas não corresponderem a um enorme dispêndio de dinheiros.

Finalmente frisou que não se devem criar Institutos Politécnicos onde existam Universidades, sendo o contrário também verdadeiro, a não ser em casos excepcionais, como acontece nos Açores e na Madeira. Terminou com a seguinte afirmação que parece verdadeiramente interpretar o cerne deste encontro: “Não me venham com lengalengas sobre Universidades e Politécnicos. Cada um tem o seu campo e alguns jogam nos dois campos!”

Breve caracterização económica dos concelhos de Leiria, Batalha, Porto de Mós e Pombal*

A resolução do Conselho de Ministros nº2/98 que aprova o apoio ao desenvolvimento das redes regionais para o emprego e define as finalidades da sua actuação, expressa com clareza o objectivo ambicioso de mobilizar as forças locais em favor da resolução dos problemas de emprego e qualificação.

São essas certamente também as expectativas geradas à volta da criação da rede regional para o emprego que abrange a área dos municípios da Batalha, Leiria Pombal e Porto de Mós esperando-se especificamente que esta rede constitua um modelo mobilizador de uma dinâmica que tem por centro as preocupações focalizadas no emprego. No lote dos organismos a quem esta problemática diz respeito está incluído naturalmente o Instituto Politécnico de Leiria (IPL), não só pela natureza das funções de ensino e formação que assegura, mas também por força da responsabilidade acrescida que lhe advém de ser o único organismo público de ensino superior localizado nesta área. Nessa qualidade, o IPL não pode deixar de saudar esta iniciativa cujos princípios e objectivos estão em sintonia com os seus objectivos próprios e que se inscrevem numa leitura territorial do desenvolvimento, leitura essa que partilhamos e

à qual aderimos convictamente.

A área geográfica correspondente a esta rede regional de emprego apresenta do ponto de vista socio-económico, algumas particularidades relevantes na óptica da iniciativa que aqui nos traz e por isso permitam-se-me que nesta intervenção gaste alguns minutos para as descrever em traços gerais. Tentarei, em seguida, alinhar algumas reflexões sobre o papel cometido às unidades de ensino superior como o Instituto Politécnico de Leiria, nos processos de desenvolvimento regional e local e, nesse contexto, esboçar as eventuais linhas de intersecção da sua actividade com as acções enquadráveis no âmbito da rede regional para o emprego.

1 – Caracterização da área da rede regional para o emprego

Um dos aspectos relevantes na óptica de intervenção subjacente à criação das redes regionais de emprego é seguramente o da questão demográfica. É sabido que os quatro concelhos que constituem a área desta rede regional de emprego (Leiria, Batalha, Porto de Mós e Pombal) têm cerca de 200.000 habitantes. No entanto, mais do que a dimensão, importa identificar as dinâmicas demográficas e económicas des-

ta área pois são elas que em definitivo são determinantes na evolução do mercado de emprego. Assim, face à quase estagnação da população a nível nacional durante o período 1981/1991, importa assinalar o crescimento demográfico significativo de todos os concelhos à excepção de Pombal que registou uma quebra populacional durante o período intercensitário. Por outro lado, observando a estrutura etária da população, constata-se que todos os concelhos, à excepção de Leiria, têm proporcionalmente menos jovens¹ na sua população do que a média do País. Inversamente, a classe dos mais idosos (65 e mais anos) na Batalha, Porto de Mós e sobretudo Pombal, tem um peso na população claramente superior à média nacional. Em suma, neste conjunto de concelhos existe uma população envelhecida relativamente ao padrão nacional embora, à excepção de Pombal, a dinâmica demográfica tenda a prazo e na condição de se manter, a alterar positivamente esta situação.

Os indicadores de rendimento e da produção ajudam a definir o quadro de vida da população deste conjunto de concelhos. Assim, olhando para os valores do Índice de Poder de Compra Concelhio (IPCC) disponibilizado pelo INE, verifica-se que em 1997 nenhum dos concelhos atingia sequer o valor 100 que corresponde à média nacional. Aliás, os concelhos da Batalha, Pombal e Porto de Mós estavam bem longe dessa média atingindo apenas 71, 61 e 64% do poder de compra nacional. Este posicionamento insatisfatório tem vindo a atenuar-se em consequência do aumento muito significativo do poder de compra nesta zona. Por exemplo, a Batalha, ao subir cerca de 15 pontos percentuais, diminuiu para metade a distância que a separava da média nacional e Leiria ultrapassou o valor 100 de referência o que lhe confere a característica de ser o único concelho deste grupo onde o IPCC é superior à média nacional em 2000.

Relativamente ao PIB *per capita* concelhio,



Cidade de Leiria

verifica-se também a posição destacada de Leiria, único município onde esse indicador tem um valor ligeiramente superior à média nacional, certamente fruto da importância que apresentam as indústrias de elevado valor acrescentado na estrutura produtiva deste concelho. Os outros concelhos ficam claramente abaixo deste valor, especialmente Pombal onde o PIB *per capita* é de apenas dois terços do valor nacional. Elementos adicionais sobre a actividade empresarial podem ser colhidos a partir do número de empresas por sector de actividade com sede em cada um dos municípios nos finais de 1999. Esse dado revela que nestes concelhos existe um acentuado peso relativo da indústria transformadora e também da de construção. A indústria transformadora tem, como se sabe, uma tradição secular na região e ao longo das suas reestruturações, foi-se especializando em actividades como a cerâmica, o cimento, o plástico, o vidro, as máquinas e ferramentas e os têxteis. Mas os dados mostram também que, por exemplo, no caso de Porto de Mós e da Batalha, cerca de 14% das empresas desenvolvem a sua actividade no sector primário.

Outro aspecto que merece uma referência é o da constituição de sociedades por se tratar de um indicador do dinamismo da região e um revelador das preferências sectoriais dos investidores, geradoras directas de efeitos ao nível do produto e do emprego. Nesse sentido, os dados mostram um dinamismo sustentado no conjunto dos concelhos, traduzido na constituição de cerca de 2000 empresas em média por ano nos últimos anos, das quais metade em Leiria.

Por outro lado, considerando a dimensão das empresas relativamente ao número de pessoas ao serviço em 1998, é de salientar que mais de 70% das empresas têm de uma a nove pessoas ao serviço e menos de 5% têm mais de trinta o que é revelador de um universo de pequenas e muito pequenas empresas.

Finalmente, as estatísticas do comércio internacional permitem confirmar o elevado grau de abertura deste conjunto de municípios ao exterior, sobretudo Leiria. Assim, em 1998, 179 empresas dos quatro concelhos exportavam para o espaço comunitário e 335

para fora da União Europeia mais de 51 milhões de contos de mercadorias. As importações envolvem também algumas centenas de empresas e atingem algumas dezenas de milhões de contos em valor.

2 - Recursos humanos, qualificações e emprego

Em resumo, nesta economia local constituída por um número elevado de pequenas empresas e com um elevado grau de abertura ao exterior, o emprego e a sua qualificação emergem como vectores estratégicos fundamentais da competitividade das empresas num contexto de crescente concorrência internacional que põe permanentemente à prova o engenho e arte dos nossos empresários.

Algumas das particularidades desta zona são postas em evidência por uma análise do número de trabalhadores por nível de qualificação. Consta-se, por exemplo, que os 8% de profissionais altamente qualificados existentes nesta zona são claramente superiores aos 5% da média nacional; o mesmo se passa em relação ao número de praticantes e aprendizes. Ao contrário, a percentagem de profissionais qualificados que ronda os 35% nesta área, é muito inferior aos quase 45% nacionais.

Outros elementos avulso, nomeadamente a opinião dos agentes económicos que actuam na região, podem ajudar a compor um quadro mais expressivo dos recursos humanos e da sua qualificação neste conjunto de concelhos. Assim, num inquérito recente a que responderam algumas dezenas de empresários, um dos principais aspectos apontado como entrave às suas intenções de contratação foi a falta de recursos humanos qualificados na região. Com efeito, 46% das empresas apontam a falta de experiência profissional e 21% a falta de trabalhadores com formação adequada como os dois principais obstáculos à contratação que os empresários desejam fazer localmente. As empresas questionadas referiram também necessidades de formação em diversas áreas para os seus actuais quadros.

A importância que é atribuída à qualificação e formação da mão-de-obra como arma estratégica na sobrevivência e expansão das empresas é assumida pois, lucida-

mente e em primeira mão, pelos próprios empresários, cientes que a sofisticação dos mercados e a crescente internacionalização da actividade económica lhes impõem exigências acrescidas a nível do capital humano que utilizam.

Para uma rede regional de emprego que actua nesta área, este conjunto de especificidades locais deverão certamente contribuir para definir os parâmetros que balizarão e orientarão a sua actuação.

3 - Capital humano, desenvolvimento regional e o papel dos EES

É claro que a dinâmica desta região e a do próprio país, não pode ser dissociada dos processos de integração que estão em curso a uma escala muito mais vasta e do primado da tecnologia enquanto força determinante e condicionante da globalização económica.

Essa mudança na economia global tem vindo a reforçar a importância da participação dos estabelecimentos de ensino superior na sociedade actual. Numa sociedade cujo modelo é o da *learning society* - a sociedade que aprende - e em que a informação e o conhecimento constituem os pilares de uma nova economia cada vez mais imaterial, não é difícil identificar o contributo que os estabelecimentos de ensino superior trazem ao desenvolvimento das regiões onde estão localizados, sobretudo sabendo-se como se sabe hoje, que o capital humano é um dos factores determinantes das diferenças na competitividade regional. Esse contributo das unidades de ensino superior para o desenvolvimento regional nasce, nomeadamente, das suas funções de ensino, de investigação e de prestação de serviços à comunidade. A primeira função dos estabelecimentos de ensino superior é a de transmitir conhecimentos especializados cuja assimilação é sancionada pela entrega de um diploma. Estes estabelecimentos surgem assim como uma unidade produtiva cujo *output* corresponde a uma certa quantidade de saber que desagua na sociedade, aumentando o nível médio das habilitações aí existente. Existe, neste processo, uma analogia com o clássico processo de produção de bens correntes que entram no mercado para serem consumidos, isto

■ ■ ■

é, destruídos. Na realidade, o processo de produção contínuo de qualificações no seio dos estabelecimentos de ensino superior tem como contraponto, em sentido inverso, o desaparecimento da mão-de-obra qualificada que vai saindo do mercado por atingir a idade da reforma ou morrer. No entanto, mais importante que a diminuição de efectivos que resulta da evolução do ciclo natural da vida, é a que advém da rápida obsolescência dos saberes que se adquirem nos bancos da escola e o contínuo aparecimento de outros em consequência das profundas e súbitas mudanças tecnológicas que caracterizam os dias de hoje. Este facto leva a que a própria produção de conhecimentos tenha que antecipar e ajustar-se cada vez mais às necessidades crescentes e voláteis do mercado. Conduz também a que os próprios indivíduos formados nos estabelecimentos de ensino superior sejam cada vez mais confrontados com a necessidade de actualizar conhecimentos e recorram a acções de formação.

É o que tem acontecido nomeadamente na União Europeia onde se assiste a um desajustamento entre as necessidades das empresas e a resposta fornecida mesmo por sistemas de formação altamente desenvolvidos. Este fenómeno atinge as regiões mais prósperas mas também as mais desfavorecidas onde esses desajustamentos estruturais são ainda maiores, o que contribui para as taxas de desemprego relativamente elevadas, em particular entre pessoas sem formação profissional.

Ao contribuir pela sua actividade de ensino e formação para que se estabeleça um ajustamento entre a procura e a oferta de competências, as unidades de ensino superior ajudam a diminuir o desemprego estrutural e elevam o nível de qualificações disponível localmente. Esta é uma das razões pelas quais os estabelecimentos de ensino superior são uma das peças fundamentais para o processo de desenvolvimento regional.

À função ensino poderíamos em boa verdade juntar as funções de investigação e prestação de serviços especializados à comunidade, frequentemente direccionadas para áreas relacionadas com a especialização regional. É claro que a transferência de informação e tecnologia para as em-

presas das regiões que resulta destas actividades, não se reflecte linearmente na sua competitividade mas constitui um elemento indispensável no conjunto de ingredientes que é necessário caldear para que haja desenvolvimento regional.

4 – O IPL e a rede regional para o emprego

Do que acaba de ser dito sem grande dificuldade se deduz a importância que o IPL atribui à iniciativa da criação de uma rede para o emprego na área da Batalha, Leiria, Pombal e Porto de Mós e o tipo de valências que está ao seu alcance colocar para que os objectivos pretendidos possam ser alcançados.

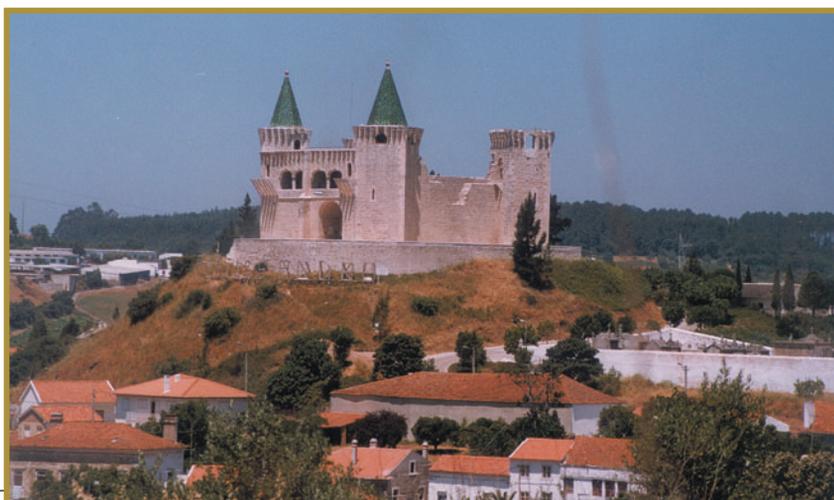
Vale a pena a esse propósito referir que o IPL, dentro dos limites das suas competências, tem procurado responder às insuficiências do mercado de emprego, lançando os cursos que de antemão sabe corresponderem a reais necessidades das empresas da região, criando estabelecimentos em diferentes cidades do distrito de Leiria onde surge como único organismo do ensino superior público. É também um sinal da vitalidade desta região e da importância atribuída à qualificação dos recursos humanos o facto de, para o presente ano lectivo, o Instituto Politécnico de Leiria ter podido disponibilizar 1650 vagas que representam um acréscimo de 52% relativamente ao número de vagas disponibilizado em 1999. Este acréscimo adquire um significado especial quando cotejado com os cerca de 9% de aumento de vagas registado a nível

do País e coloca o IPL no grupo dos Institutos com maior crescimento a nível nacional.

Ao criar uma rede regional de emprego nesta região, o Governo vai ao encontro dos anseios dos agentes públicos e privados que aqui lidam directa e indirectamente com as questões do emprego e da formação profissional. Oferece-lhes, para o efeito, um novo quadro onde podem articular as suas intervenções, programar as suas iniciativas definir estratégias conjuntas que terão sempre por referência o território e os problemas concretos que aí se manifestam. O êxito desta iniciativa geradora de tão promissoras sinergias dependerá, naturalmente, das condições concretas da sua implementação e do grau de envolvimento que for possível suscitar entre os potenciais parceiros da rede. É claro que do conjunto de actividades susceptíveis de serem desenvolvidas pela rede o IPL está, obviamente, em condições de participar activamente em várias, desde estudos de diagnóstico até à organização de acções formativas e educativas. No entanto, neste momento que solenemente representa o lançamento da primeira pedra deste projecto, os votos que formulo são simplesmente que esta estrutura possa rapidamente singrar e cumprir os objectivos para que foi criada. Para esse fim podem contar com o IPL.

Muito Obrigado.

** Palavras proferidas pelo Presidente do Instituto Politécnico de Leiria na sessão solene de constituição da Rede Regional Para o Emprego que abrange os concelhos de Leiria, Batalha, Porto de Mós e Pombal, que o IPL integra.*



Porto de Mós - uma vista para o castelo

Seminário Internacional – Leiria, Portugal – 24,25 Novembro 2000

Sistemas de acumulação e transferência de créditos

Decorreu nos passados dias 24 e 25 de Novembro, no Auditório da ESTG – Leiria, um Seminário Internacional “Sistemas de Acumulação e Transferência de Créditos”, co-organizado pelo IPL e que reuniu em Leiria individualidades do meio académico europeu.



Inglês

PURPOSE

The purpose of this seminar was to discuss the credit accumulation and transfer systems. This issue gains its full dimension in the context of the Bologna Process and of lifelong learning.

The experience gained in the European Credit Transfer System (ECTS) should help to develop accumulation and transfer systems, not only at a national level but also in the context of the internationalisation of the higher education, creating an European Credit System. The report of the “ECTS Extension Feasibility Project”, of January 2000, prepared by a steering group established by the Commission (DG EAC), was an important basis for the discussion.

Besides an objective of facilitating evaluation and recognition of qualifications, it was important to define the characteristics of a credit accumulation system and on the main problems to be solved to achieve such a system.

PROGRAMME

24TH NOVEMBER Plenary Session

09.30 h Opening session.

10.00 h The issue of credit accumulation and transfer systems and the main goals of Bologna Declaration. *Pedro Lourtie*

10.45 h Coffee-break.

11.45 h Credit accumulation and transfer systems: a global vision. *Volker Gehmlich*

12.00 h From the credit transfer to the credit accumulation ensuring coherent curricula (levels, grades, knowledge areas, etc.) and quality (including the question of ageing of qualifications). *Julia González*

12.45 h Lunch

14.30 h Workshops (four groups):

- 1 - Credit accumulation systems based on workload and on competencies *Reinhard Schmidt / Estela Pereira*
- 2 - Accreditation of Prior Learning and Accreditation of Prior Experiential Learning *Michel Feutrie / John Konrad*
- 3 - Distance Learning and Lifelong Learning *Volker Gehmlich / Alfredo Soeiro*
- 4 - Articulation between Credits and the Diploma Supplement and Europass. *Inge Knudsen / Maria Emília Galvão*

16:30 h Coffee-break

18:30 h End of the sessions

25TH NOVEMBER Plenary Session

09:30 h Presentation of the results of the workshops and debate

11:15 h Coffee-break

11:45 h From Credit Accumulation Systems to common European levels of reference: the ways ahead - debate

12:15 h Conclusions by the general rapporteur *Stephen Adam*

Closure of the seminar

Português

OBJECTIVO DO SEMINÁRIO

O objectivo do seminário foi discutir os sistemas de acumulação e transferência de créditos. Esta questão ganha toda a sua dimensão no contexto da Declaração de Bolonha. e da aprendizagem ao longo da vida. A experiência do ECTS (European Credit Transfer System) ajudará a desenvolver sistemas de acumulação e transferência de créditos, não só a nível nacional como a nível da internacionalização do ensino superior, criando um Sistema de Créditos Europeu.

O relatório do “ECTS Extension Feasibility Project”, de Janeiro de 2000, preparado por um grupo estabelecido pela Comissão (DGEAC), constituiu uma base fundamental para a discussão.

Para além do objectivo de facilitar a avaliação e o reconhecimento de qualificações, chegou-se a um consenso sobre as características fundamentais de um sistema de acumulação e transferência de créditos e sobre os principais problemas a resolver para atingir um tal sistema.

PROGRAMA

24 NOVEMBRO Sessão Plenária

09.30 h Sessão de abertura.

10.00 h A acumulação e transferência de créditos e os objectivos principais da Declaração de Bolonha. *Pedro Lourtie*

10.45 h Café.

11.45 h Sistemas de acumulação e transferência de créditos: uma visão global *Volker Gehmlich*

12.00 h Da transferência de créditos à acumulação de créditos assegurando a coerência curricular (níveis, graus, áreas de conhecimento, etc) e a qualidade (incluindo a questão da desactualização das qualificações). *Julia González*

12.45 h Almoço

14.30 h Grupos de Trabalho (quatro grupos):

- 1 - Sistemas de acumulação de créditos baseados na carga de trabalho e em competências. *Reinhard Schmidt / Estela Pereira*
- 2 - Acreditação de Aprendizagens Anteriores e Acreditação de Experiência. *Michel Feutrie / John Konrad*
- 3 - Ensino a Distância e Aprendizagem ao Longo da Vida. *Volker Gehmlich / Alfredo Soeiro*
- 4 - Articulação entre Créditos e o Suplemento ao Diploma e o Europass. *Inge Knudsen / Maria Emília Galvão*

16.30 h Café

18.30 h Fim das sessões.

25 NOVEMBRO Sessão Plenária

09.30 h Apresentação dos resultados dos grupos de trabalho e debate.

11.15 h Café.

11.45 h Da Acumulação de Créditos a Níveis de Referência Europeus: o caminho futuro - debate

12.15 h Conclusões pelo relator geral. *Stephen Adam*

Encerramento do seminário.

Pedro Lourtie - Comunicação proferida no Seminário Internacional "Sistemas de Acumulação e Transferências de Créditos"

The issue of credit accumulation and transfer systems and the Bologna Declaration

1. Introduction

The Leiria¹ International Seminar on Credit Accumulation and Transfer Systems is one of the international seminars agreed in Helsinki, during the Finnish Presidency of the European Union, included in the program of the first two years of the Bologna Declaration process, from Bologna, in 1999, to Prague, in 2001.

The Bologna Declaration process is under way, but it will have to ensure that all parties concerned are involved and that they participate actively. The institutions of higher education are an essential part of the process, as the Ministers of Education recognise in the declaration itself, as it states "We expect Universities again to respond promptly and positively and to contribute actively to the success of our endeavour". Therefore, an effort has to be made to ensure that information reaches all parties concerned.

The agreed international seminars, three in total², and the Convention of the Institutions of Higher Education³ should not be the only fora to discuss the Declaration. National, regional and local seminars are also important to raise awareness and collect contributions to the development of the process.

In fact this is a process with numerous actors, the governments, the institutions of higher education and, within these, students and staff. Governments may pass laws, but for the process to really work, given the autonomy of the institutions of higher education, they have to be an active part of the endeavour.

Nevertheless, the international seminars play an important role in finding workable alternatives and building consensus around some of the topics of the Declaration, across the European area of higher education. This is the objective of this seminar, to discuss workable alternatives and to help in building a consensus about Credit Accumulation and Transfer Systems, that will lead to a European Credit System widely applied.

2. The goals of the Bologna Declaration

The Declaration sets out six objectives that are instrumental "to establish the European area of higher education and to promote the European system of higher education world-wide". One of those objectives is the establishment of a system of credits, the object of this seminar.

The six objectives referred above are means

to reach the main goals. The creation of the European area of higher education is presented as "a key to promote citizen's mobility and employability and the Continent's overall development" and "to promote the European system of higher education world-wide", also formulated in another point of the Declaration as "increasing competitiveness of the European system of higher education".

In this light, we should not restrict ourselves to the six instrumental objectives, but to look at them, and beyond them, having in mind the main goals of international competitiveness, mobility and employability. The main goals are, in fact, correlated, as the factors impacting on each of them are, at least to a large extent, common, as the instrumental objectives serve the main goals.

For this reason, it may be useful to reflect, although briefly, on what could or should be done to pursue or achieve the main goals. This is the object of the next sections.

3. International competitiveness and employability

In discussing international competitiveness of the European higher education system, understood as its "world-wide attraction", we do not forget that we are also competing among ourselves. Competing among the signatory countries and among institutions of higher education. This is not, however, contradictory to the goal of competitiveness of the European area of higher education, on the contrary, as the competitiveness of the European area of higher education will enhance the world-wide competitiveness of each individual country or institution.

The competitiveness of the European higher education system may be analysed from, at least, two perspectives, although intertwined: the competitiveness of the European degrees and diplomas in the international scene, as a professional qualification, and the capacity to attract students, teachers and research staff



Sessão de encerramento

¹ Leiria, Portugal, 24 and 25 November 2000. ² Credit accumulation and transfer systems (Portugal), Short cycle university degrees (Finland) and Transnational education (Sweden). ³ Organised by CRUE and CRE, Salamanca, Spain, March 2001.

from outside the European area of higher education.

To promote wide acceptance of European degrees and diplomas and, therefore, employability of the graduates, within and outside Europe, one may consider:

Information: Clear information on the professional and academic objectives and the contents of the programmes, so that anyone confronted with the holder of a given degree or diploma, knows what are the knowledge and the competencies he/she detains.

Quality evaluation: To build trust on the qualifications delivered by the European institutions of higher education, well established and widely recognised evaluation processes should be in place. A starting point is to ensure, through co-operation among the signatory countries, that the validity of the national evaluation processes, as different as they may be, is recognised within the whole European area of higher education.

Relevance: The objectives and contents of the programmes should not only be known and have it's quality assured, but the knowledge and the competencies developed should also be relevant for the professional or academic objectives stated. The evaluation of the relevance of professional qualifications is, in some countries, the responsibility of professional associations. Co-operation among institutions of higher education by area of knowledge may be of importance to ensure that relevance has a European or world-wide dimension rather than just national.

Prestige: As elusive as the concept may be, the fact is that we all know of prestigious institutions and a degree from such an institution is more readily accepted than from a not well known institution, as good as it may be. The prestige of an institution or a system of higher education may be built by promoting the dissemination of R&D results and of the knowledge produced, through textbooks, specialised magazines, Internet or other means, as well as the work of its graduates.

The above factors are also relevant to attract students, as well as teachers and research staff, from both within and outside the European area. But, after being attracted by the type of work or study programme, the decision to move also depends on the conditions for mobility that is the object of next section.

In dealing with competitiveness we must also take into account the transnational offer of

higher education. This offer is far from being homogeneous as, along with good quality programmes, there are low quality programmes or even frauds. It is, however, a growing reality that responds to the needs of many, world-wide, that otherwise would not have access to higher education. As it expands, the degree systems used by the transnational offer will become more familiar to the people all over the world.

The solution is not to ignore it, hoping that it will disappear, but to face it and, to compete with it in its own ground. That is, to offer European programmes outside the European area, including the possibility of partnerships of institutions from several signatory countries, but, at the same time, setting a standard by submitting these programmes to recognised evaluation systems and making it known.

4. Mobility of students, teachers, researchers and administrative staff

Mobility is a recurrent topic in the internationalisation of higher education. The importance of mobility is widely recognised, Community programmes support mobility and the Bologna Declaration calls for the "promotion of mobility by overcoming the obstacles to the effective exercise of free movement". The fact is that there is the political will to promote mobility, but there are still obstacles to its effective exercise.

By the term mobility we may be referring to a num-

ber of different situations. In academic terms, mobility may mean the possibility of having the individual's previous education recognised to the effect of obtaining a degree, in some institution of higher education, or to be accepted in a post-graduate programme or even to change from an area of study to another.

In professional terms, it may mean the possibility of having the professional qualifications recognised in other countries. In physical terms, it means the opportunity and the conditions to effectively move to another country to study or to work.

Mobility may be short-term, be it organised or spontaneous, for instance when a student moves to an institution of higher education in another country to do part of the studies, without losing the links with the institution of origin, and coming back after these studies, or when a teacher has a sabbatical year abroad. Or it may be without term or unlimited, whenever a student or a teacher move to a different institution, without having any plans to come back.

To promote mobility, some factors may be considered, although they may not be all relevant to all situations:

Recognition of qualifications and periods of study: The recognition by a given institution of higher education of the studies followed or the degrees obtained at a different institution is certainly relevant for the decision to move.

Recognition of acquired knowledge and competencies: The recognition of knowledge and competencies, whatever the way they were acquired, in non formal settings or through experience, is essential for a consistent lifelong learning approach and a factor to attract new publics to higher education, be it in the same country, in the European area or world-wide.

Several of the objectives of the Bologna Declaration are relevant to both these items, but specifically the establishment of a system of cre-

In discussing international competitiveness of the European higher education system, understood as its "world-wide attraction", we do not forget that we are also competing among ourselves.

ditions. However, for recognition to really work, there is no substitute for a flexible attitude of the institutions of higher education.

Friendly services: To have access to friendly services, educational and non-educational, is important for mobility. To know who to address or how to solve a problem, be it academic or otherwise, is not always easy in a different country. To have clear information, before you leave your country of origin, on where to stay, how to have access to health servi-

ces or who to address to solve an academic problem will certainly favour the decision to move. Financial support: The existence of financial schemes to support mobility opportunities, for subsistence, study materials or fees, where applicable, facilitates mobility.

Flexible administrative procedures: Administrative procedures required to stay in a country, for a given period, are often heavy and subject to numerous restrictions. Favourable visa policies for the target groups under consideration should be considered if we wish to enhance attraction.

The factors referred above are a sample of what a more systematic approach to the motivations of the candidates and the target groups we wish to attract could reveal. In fact, if the objective is to be competitive world-wide, the motivation of the potential candidates to choose a given institution has to be understood and met, without sacrificing the quality of the programmes or being rigorous in what concerns recognition of qualifications or acquired knowledge and competencies.

5. Degrees and credits

The Bologna Declaration calls for the “adoption of a system of easily readable and comparable degrees”. A common system of degrees would certainly be comparable and could be made readable, but it does not seem a workable proposition, for a number of reasons.

This means that if it is not viable to approach the question by the aggregates, the degrees or diplomas, the alternative is to start from the elementary units, a credit system we all can agree upon. A credit system not only for direct exchanges, as ECTS was conceived for, but a sort of “currency”, allowing for accumulation. This is the challenge and this seminar is about facing it.

The success of a European credit system is strongly dependent on the effort that will be put on building a consensus around such a system and the prerequisites for its implementation. The discussion of the makings of a European credit system is left to other keynote speakers and the discussions.

A prerequisite is to build trust among institutions of higher education about the quality of the studies and way credits are applied. If institutions do not trust each other, it can hardly be expected that they will recognise each other's credits, although they may be using the same credit system.

Quality evaluation and the recognition of the validity of a quality evaluation system are important to this aim. But trust can also be reinforced through co-operation in research, joint projects or joint programmes, as better mutual knowledge will be developed.

For a credit system to work and credits from one institution to be used in another one, the requirements for a degree to be awarded must be clear, identifying core requirements of attainment in terms of knowledge and competencies, but, at the same time, to have some flexibility. This questions the way the requirements to award a degree are defined and asks for a joint reflection on this subject, along with the definition of a credit system.

To reach a European credit system that will be accepted and applied by most institutions of higher education is an achievement in itself and has an impact on mobility, but is also a contribution for the readability and comparability of the degrees, specially if taken together with a common framework for the definition of degree requirements.

The declaration also refers to credits “acquired in non higher education contexts, including lifelong learning”. To include in the credit system this possibility and obtain a consensus represents an additional challenge, but an important one in terms of attracting new publics to the European higher education systems and increasing the education opportunities of the European citizens.

6. Beyond a European credit system

With the present seminar we aim at setting the basis for the work to follow, towards a European credit system. However, it would be interesting to test how far we can go beyond a credit system. We exclude a common degree structure as an administrative measure, although a generalised credit system and the intensifying of co-operation among institutions and systems of higher education may induce some degree of convergence.

The declaration sets broad objectives in terms of the structure of the degree system, essentially based on two main cycles, of the minimum duration of the first cycle, as three years, and of the second cycle leading to the master and/or doctorate degree. We must recognise that this objective has been cleverly formulated. It does not demand that changes be introduced, as most of the systems already satisfy those minimums but, nevertheless,



A sessão de abertura do Seminário foi presidida pelo Ministro da Educação

sets a standard.

The standard may not be adequate to all areas of knowledge. It is certainly not adequate a training of three years for a medical doctor. Therefore, it has to be either a first cycle degree, but longer, or a second cycle degree, after of a first cycle of at least three years, that, according to the declaration, should be relevant for the European labour market as an appropriate level of qualification.

This means that this objective, that seems to be the one that points more concretely to convergence, may induce divergence in areas of knowledge to which the standard is inadequate. An alternative, to avoid inducing divergence, could be to identify common levels of reference by area of knowledge, which could be expressed in terms of credits.

Would it be possible to build a consensus around European levels of reference by area of knowledge? Is there a pattern for these levels of reference covering all national systems, which may be taken as basis for European levels of reference?

We propose that, after listening to the keynote speeches and discussing the credit accumulation and transfer systems in the workshops and in the plenary, to discuss the possibility, pros and cons of establishing European levels of reference, as a contribution to future work and to the preparation of the questions and points of view that will be presented to the Ministers of Education when they meet in Prague next May.

Pedro Lourtie



Listagem de participantes no Seminário Internacional

Abel Simões	Escola Náutica Infante D. Henrique	Portugal
Alfredo Soeiro	Universidade do Porto DEC-FEUP	Portugal
Alqimantas Tamelis	Kas University of Medicine	Lituânia
Amália Bárrios	Esc. Sup. de Educação do Inst. Polit.Lisboa	Portugal
Ana Paula Duarte	Universidade da Beira Interior	Portugal
Antonio Jorge	ESAD-Escola Superior de Artes e Design	Portugal
Antonio Ferrari	Universidade de Aveiro	Portugal
António Almeida-Dias	CESPU, CRL	Portugal
António Jorge Gonçalves Rodrigues	ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração	Portugal
António Júlio Toucinho da B1Silva	Instituto Politécnico de Beja	Portugal
Arlindo Jorge	ARCA-ETAC	Portugal
Armando José Pinheiro Marques Pires	Instituto Politécnico de Setúbal	Portugal
Arminda Guerra Lopes	Instituto Politécnico de Castelo Branco	Portugal
Axel B4Aerden	ESIB - The National Unions of Students in Europe	European Liaison Group
Carlos Afonso	Escola Superior de Educação de Portalegre	Portugal
Carmen Barcena	Ministry Of Education, Culture And Sports	Espanha
Céline van Oirschot	Ministry of Education Culture and Science	Holanda
Charal Kaufmann	Ministère de la Communauté française DG de l'enseignement non obligatoire et de la recherche scientifique	Bélgica
Clara Costa Oliveira	Universidade do Minho	Portugal
Clara Ferrão Tavares	Instituto Politécnico de Santarém	Portugal
Cristina Moita	Universidade Lusíada	Portugal
Cristina Veiga Pires	Universidade do Algarve	Portugal
Darnelle Nóbrega	GAERI-Gabinete de Assuntos Europeus e Relações	GAERI
Deolinda Auxtero	Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior, CRL	Portugal
Despina Bassacarou	Mistry of Education	Grécia
Eduardo Ducla Soares	Universidade de Lisboa	Portugal
Eisa Rollwagen	Ministry of National Education	França
Estela Pereira	Universidade de Aveiro	Portugal
Eugénia Maria Madail	Grupo de Trabalho para a Presidência da UE	Organização
Eva Miranda	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	Portugal
Fariat Tabarki	ESIB - The National Unions of Students in Europe	European Liaison Group
Francisco Coutinho	Universidade Lusófona	Portugal
Ginette Navabi	European Commission	Comissão Europeia
Guri Bakken	Norwegian Council for Higher Education	Noruega
Hamilton Costa	Direcção Geral do Ensino Superior / Ministério da Educação	Portugal
Helle Otte	CVUU	Dinamarca
Holger Neuwirth	Graz University of Technology	Áustria
Inês Guerra Santos	Instituto Superior da Maia	Portugal
Inge Knudsen	Confederation of EU Rectors' Conferences	RWS4
Isabel Maria Gil	Universidade Católica Portuguesa	Portugal
Isabel Morgado Silva	Universidade Portucalense	Portugal
Isabel Pombas Coutinho	Escola Superior de Tecnologia Saúde de Lisboa	Portugal
Jacob Henriksen	ESIB - The National Unions of Students in Europe	European Liaison Group
Jan Maximilian Honzik	Brno University of Technology	República Checa
João Redondo	APESP - Associação Portuguesa Ensino Superior Privado	Portugal
João Leal	Escola Superior de Educação de Beja - IPB	Portugal
João Madruga	UNIVERSIDADE DOS AÇORES	Portugal
Joãoim Caetano	Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa	Portugal
Joãoim Duarte	Escola Superior de Enfermagem de Santarém	Portugal
Joãoim Quadredo Gil	Instituto Politécnico da Guarda	Portugal
Johan Geentjens	Ministry of the Flemish Community - dep. Education	Bélgica
John Konrad	Leeds Metropolitan University	RWS2
Jorge Justino	Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos	Portugal
Jorge Veiga	Universidade de Coimbra	Portugal
José Sequeira	Grupo de Trabalho para a Presidência da UE	Organização
José Baihuau	Direcção Geral do Ensino Superior / Ministério da Educação	Portugal
José Vaz	Instituto Superior de Gestão de Lisboa	Portugal
José Almeida	Universidade de Evora	Portugal
José Portela	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Portugal
José Manuel Ferreira Lemos	Fac. de Engenharia do Porto	Portugal
José Ventura da Cruz Pereira	Instituto Politécnico de Leiria	Portugal
Julia Maria Gonzalez Ferreras	University of Deusto	Conferencista
Júlio Pedrosa	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas	Portugal
Júlio Emilio Pereira Sousa	Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti	Portugal
Lene Otteidal	Ministry of Education, Research and Church Affairs	Noruega
Lilia Rosa Vara	Escola Superior de Enfermagem de S. Vicente de Paulo	Portugal
Luciano Almeida	Instituto Politécnico de Leiria	Organização
Luigi F. Dona' Dalle Rose	Universita' degli studi di PADOVA e C. R. U. I.	Itália
Luis Ferreira	Escola Superior Tecnologia de Abrantes	Portugal
Lukas Vylupek	ESIB - The National Unions of Students in Europe	European Liaison Group
Manuel Farto	Direcção Geral do Ensino Superior / Ministério da Educação	Portugal
Manuela Paiva	Direcção Geral do Ensino Superior / Ministério da Educação	Portugal
Margret Schermtzki	Aachen University of Applied Sciences	Alemanha
Maria Misiewicz	Wroclaw University	Polónia
Maria Edlinger	Graz University of Technology	Áustria
Maria Sticchi Damiani	MURST - Ministry of Universities and S/T Research	Itália
Maria Berta Soares	Escola Superior de Enfermagem de S. José de Cluny	Portugal
Maria Cristina Pereira	Instituto Politécnico de Beja	Portugal
Maria de Fátima Morgado	Instituto Politécnico do Porto	Portugal
Maria do Nascimento Mateus	Instituto Politécnico de Bragança	Portugal
Maria Emilia Galvão	Ministério da Educação	Portugal
Maria José Monteiro Sá Correia	Instituto Politécnico de Viseu	Portugal
Maria Luis Rocha Pinto	Grupo de Trabalho para a Presidência da UE	Organização
Maria Manuel Veloso	ISLA V. N. Gaia	Portugal
Maria Manuela Amorim	Escola Superior Tecnologia da Saúde do Porto	Portugal
Maria Teresa Diez	Consejo Universidades-Ministerio de Educación, Cultura y Deportes	Espanha
Maria Anje Orihuela	CRE Association of European Universities	CRE
Mário Carlos Fernandes Avelar	Universidade Aberta	Portugal
Marlies Leopwater	Ministry of Education Culture and Science	Holanda
Michael Troy	Department of Education and Science	Irlanda
Michel Feutrie	Université des Sciences et Technologies de Lille	PWS2
Miguel B80Jerónimo	Instituto Politécnico de Leiria - Gabinete de Relações Públicas e Cooperação Internacional	Organização
Miguel Copetto	APESP - Associação Portuguesa do Ensino Superior	Portugal
Minooc Farhangmehr	Comissão ECTS	Comissão ECTS
Nadine Trigo	Universidade Fernando Pessoa	Portugal
Nicolas Vaicbourdt	Abassade de France au Portugal	França
Pascal Dayez-Burgeon	Ministry of Education	França
Pedro Lourtie	Grupo de Trabalho para a Presidência da UE	Conferencista/Organização
Raimonda Markeviciene	Vilnius University	Lituânia
Raquel Moreira	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Portugal
Raul Bruno Sousa	Universidade Técnica de Lisboa	Portugal
Régina Maria Mendes de Abreu Cabral Nabais Menezes	Instituto Politécnico de Coimbra-Escola Superior Agrária	Portugal
Reginaldo Almeida	Cooperativa de Ensino Universitário	Portugal
Reinhard Schmidt	University of Florence	PWS1
Rogério Rocha	Universidade Nova de Lisboa	Portugal
Soccorosa Le Moll	MURST (Ministry of Universities and S/T Research)	Itália
Stefanka Hristoskova	Council of Europe	Conselho da Europa
Stephen Adam	University of Westminster	Relator Geral
Susete Mourão	Direcção Geral do Ensino Superior / Ministério da Educação	Portugal
Tony Bradley	Dublin City University	Irlanda
Ulf Ohlund	National Agency for Higher Education	Suécia
Ventura Sampayo	Instituto Politécnico Autónomo	Portugal
Vera Palma	Direcção Geral do Ensino Superior / Ministério da Educação	Portugal
Vera Stastna	Ministry of Education, Youth and Sports - Higher Education	República Checa
Volker Gehmlich	Fachhochschule Osnabrück	Conferencista/PWS3

Pack do Caloiro 2000/01

No sentido de proporcionar aos novos alunos das diversas Escolas do Instituto Politécnico de Leiria, meios que pudessem contribuir para um melhor acolhimento e integração na nova vida que os esperava, as Associações de Estudantes das Escolas do IPL prepararam um “Pack do Caloiro” bem apetrechado, que forneceram aos novatos. Efectivamente, apresentando variações de Escola para Escola, muitos dos componentes eram comuns. Desde impressos de matrícula, Guia/Roteiro do Caloiro e informação sobre o Instituto Politécnico de Leiria e a respectiva Escola que passaram a integrar, passando por objectos úteis como esferográficas e lápis, cadernos, agendas e tapetes de rato para computador, uma pasta e um pin do Instituto Politécnico de Leiria.

A informação regional e da cidade em que está inserida a Escola não foi esquecida, pois para muitos caloiros, é fundamental conhecer o meio, chegando a oferecer-se uma assinatura de um jornal da região na ESE e ESTG. A complementar, os elementos das Associações de Estudantes, presentes nos primeiros dias de aulas, sempre dispostos a esclarecer uma dúvida ou a prestar uma informação pertinente.

Este serviço, comum nas Escolas de Ensino Superior, conta sempre com o apoio de empresas e instituições que colaboram, no sentido de se associarem

à comunidade educativa, que se vai renovando todos os anos.

Durante os meses de Outubro e Novembro decorreram nas cidades de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, as famo-

sas festas de “Recepção ao Caloiro”, que celebram a festa de acolhimento dos novos elementos, num cortejo cheio de alegria e movimento, prolongando-se pela noite dentro.



Ficha Técnica

Director: Luciano Rodrigues de Almeida. *Director Adjunto:* João Paulo Marques. *Coordenação Executiva:* Miguel Jerónimo. *Conselho Redactorial:* João Paulo Marques, José Manuel Silva, José Ventura da Cruz Pereira, Luciano Almeida, Luís Fernando de Matos Almeida, Miguel Jerónimo, Nuno André Oliveira Mangas Pereira. *Colaboradores:* Ana Maria Sousa (ESE), Ana Raquel Martins (ESTG), Bernardo Costa (ESTM), Celina Gaspar (SAS), Sandra Ferreira (ESTGAD).

Edição: Instituto Politécnico de Leiria

Composição e Paginação: Jorlis - Edições e Publicações, Lda. *Direcção de Produção:* Arnaldo Sapinho, Anabela Frazão. *Concepção Gráfica:* Regina Sebastião. *Impressão:* Mirandela - Artes Gráficas, SA *Tiragem:* 10.000 exemplares. *ISSN:* 0874-9779. *Depósito Legal:* 156833/00. Registada no ICS.

Periodicidade: Trimestral. *Dezembro de 2000*



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

ENCONTRO DE PROFESSORES DO IPL LUSO, 8 E 9 DE JANEIRO DE 2001

8 DE JANEIRO MANHÃ

10h30 “O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO IPL PARA 2001 - 2006”
11h15 Café
11h30 Debate
12h30 Almoço

TARDE

14h30 “RELAÇÕES EMPRESA/ESCOLA: UMA PERSPECTIVA NACIONAL”
Eng.º Belmiro de Azevedo - Grupo SONAE (a confirmar)

15h00 Debate
15h45 Café
16h00 “RELAÇÕES EMPRESA/ESCOLA: UMA PERSPECTIVA REGIONAL E LOCAL”
Dr. Duarte Raposo de Magalhães - Presidente da Associação Nacional de Cristalaria

16h30 Debate
17h00 “CURSOS: DURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO”
Prof. Doutor Manuel Farto - Sub-Director Geral do Ensino Superior

17h30 Debate
18h00 Encerramento
20h00 Jantar

9 DE JANEIRO MANHÃ

09h30 “GLOBALIZAÇÃO, MOBILIDADE E RECONHECIMENTO ACADÉMICO”
Prof. Doutor Pedro Lourtie- Ex-Coordenador do Grupo de Trabalho para a Educação da Presidência Portuguesa da União Europeia

10h00 Debate
10h30 Café
10h45 “FORMAÇÃO CIENTÍFICA E PEDAGÓGICA DO CORPO DOCENTE”
Prof. Doutor Carlos Sá Furtado - Conselho Nacional de Educação

11h15 Debate
11h45 “A COOPERAÇÃO COM OS PALOP”
Instituto Português de Cooperação (a confirmar)

“EXPERIÊNCIAS CONCRETAS DE COOPERAÇÃO NO IPL”
Prof. José Manuel Silva
Prof. Nuno Mangas

12h10 Debate
12h30 Almoço

TARDE

14h30 “NOVOS PROJECTOS DO IPL:
Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais
Escola Superior de Tecnologias da Saúde
Escola Superior de Animação e Artes do Espectáculo
Escola Superior de Ciências Jurídicas Aplicadas”

15h00 Debate
15h45 Café
16h00 “ORGANIZAÇÃO INTERNA DO IPL”
18h00 Conclusões
18h15 Encerramento



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA



não
deixes
que o
futuro
te
escape

ESE Leiria

Escola Superior de Educação de Leiria (Leiria e Caldas da Rainha)

LICENCIATURAS

- Educadores de Infância
- Professores do Ensino Básico - 1º Ciclo
- Professores do Ensino Básico - 2º Ciclo
Variantes:
Educação Física
Educação Musical
Educação Visual e Tecnológica
Matemática e Ciências da Natureza
Português e Inglês
- Relações Humanas e Comunicação no Trabalho
- Turismo

CURSOS DE COMPLEMENTO DE FORMAÇÃO

- Educação de Infância
Educação para Infância
- Professores do Ensino Básico - 1º Ciclo
Educação Especial e Apoios Educativos
Educação para a Cidadania e Formação Pessoal e Social
- Para Exercício de Outras Funções Educativas
Administração Escolar e Administração Educacional
Organização e Desenvolvimento Curricular
Comunicação Educacional e Gestão de Informação

MESTRADOS

- Mestrado em Educação e Diversidade Cultural
(área de Ciências da Educação) parceria com a Universidade do Porto

Rua Dr. João Soares · Apartado 4045 · 2411-901 Leiria · Tel.: 244 829400
Fax: 244 829 499 · Email: eselei@mail.telepac.pt
Pág. Internet: <http://www.esel.iplei.pt>

ESTG Leiria

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria

LICENCIATURAS

- Comércio e Marketing
- Contabilidade e Finanças (*só ensino nocturno*)
- Engenharia do Ambiente
- Engenharia Automóvel
- Engenharia Civil
- Engenharia Electrotécnica
- Engenharia Electrotécnica (*regime nocturno-só 1º ciclo*)
- Engenharia e Gestão Industrial
- Engenharia Informática
- Engenharia Informática (*regime nocturno-só 1º ciclo*)
- Engenharia Informática e Comunicações
- Engenharia Mecânica
- Engenharia Mecânica (*regime nocturno-só 1º ciclo*)
- Gestão e Administração Pública
- Gestão de Empresas
- Tradução

MESTRADOS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

- Mestrado em Contabilidade e Finanças
Protocolo entre a ESTG Leiria e a Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho e a Faculdade de Economia de Coimbra
- Mestrado e Pós-Graduação em Economia e Estratégia Industrial
Parceria com a Faculdade de Economia de Coimbra
- Pós-Graduação e Especialização em Estudos Comunitários
Subvencionado pela comissão Europeia, Direcção Geral XXII
- Curso de Pós-Graduação e Especialização em Técnicas Avançadas de Gestão das Empresas de Construção
Parceria com o Instituto Técnico para indústria de Construção - ITC

Morro do Lena · Alto do Vieiro · Apartado 3063 · 2400-951 Leiria
Tel.: 244 820300 · Fax: 244 820310 · Email: estg@estg.iplei.pt
Pág. Internet: <http://www.estg.iplei.pt>

ESTGAD Caldas da Rainha

Escola Superior de Tecnologia Gestão Arte e Design de Caldas da Rainha

LICENCIATURAS

- Artes Plásticas
Opções:
Pintura, Escultura,
Gravura (no 1º ciclo do curso bietápico de Licenciatura)
- Design
Ramos:
Design Industrial, Tecnologias para a Cerâmica,
Tecnologias Gráficas, Tecnologias Multimédias
- Tecnologias de Informação Empresarial

Rua Isidoro Inácio Alves de Carvalho · Apartado 823 · 2500 Caldas da Rainha
Tel.: 262 830900 · Fax: 262 262 830 904 · Email: estgad.ipl@mail.telepac.pt
Pág. Internet: <http://www.estgad.pt>

ESTM Peniche

Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche

LICENCIATURAS

- Biologia Marinha e Biotecnologia
- Engenharia Naval e Industrial
- Gestão Turística e Hoteleira
- Turismo e Mar

Santuário Nossa Senhora dos Remédios · Estrada dos Remédios · 2520 Peniche
Tel.: 262 783 607 · Fax: 262 783 088 · Pág. Internet: <http://www.iplei.pt>

IPL

Instituto Politécnico de Leiria
Serviços Centrais - Edifício Maringá
Torre 2 2º - Apartado 3041 · 2400-903 Leiria
Tel.: 244 830010 · Fax: 244813013
Email: ipleiria@iplei.pt
Pág. Internet: www.iplei.pt

SAS

Serviços de Acção Social
Morro do Lena · Alto do Vieiro
Apartado 2829 · 2401-901 Leiria
Tel.: 244 830 640 · Fax: 244 830 646
Email: sas@sas.iplei.pt
Pág. Internet: <http://www.iplei.pt>